



# **Racialização e vulnerabilidade socioespacial na modernização sanitária do Recife**

Júlio Gabriel da Silva Bernardo

Orientador: Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÚLIO GABRIEL DA SILVA BERNARDO

**RACIALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL NA  
MODERNIZAÇÃO SANITARISTA DO RECIFE**

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva Bernardo, Júlio Gabriel da .

Racialização e vulnerabilidade socioespacial na modernização sanitária do Recife / Júlio Gabriel da Silva Bernardo. - Recife, 2023.

68 : il., tab.

Orientador(a): Tomás de Albuquerque LAPA

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

1. Urbanismo sanitário. 2. Racismo ambiental. 3. Vulnerabilidade socioespacial. I. LAPA, Tomás de Albuquerque . (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

JÚLIO GABRIEL DA SILVA BERNARDO

**RACIALIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL NA  
MODERNIZAÇÃO SANITARISTA DO RECIFE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

**Orientador:** Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa.

Recife

2023

*“A Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu  
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu  
Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu  
Num dia de sol Recife acordou  
Com a mesma fedentina do dia anterior  
A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce”.*

*(Chico Science e Nação Zumbi, A cidade)*

Para Lúcia (*in memoriam*), Miguel  
e Júlia.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me sustentou e deu forças para alcançar e ultrapassar os limites encontrados ao longo do curso.

A minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiaram e me ensinaram sobre a importância da educação, ao lutarem por vias que me garantissem acesso à melhor educação possível. Muito obrigado por todo esforço que vocês fizeram para que eu pudesse estar onde estou, sabendo que posso ir ainda mais longe.

Ao meu orientador Prof. Dr. Tomás Lapa, pela disponibilidade, ao estar sempre presente compartilhando conhecimentos e contribuindo, com o seu olhar crítico, de forma imensurável na produção desta pesquisa. Pela empatia em todos os momentos de escuta que, com certeza, me incentivaram a continuar.

A Camila Alves, minha companheira, pela paciência nos momentos em que me fiz ausente para a produção deste trabalho e por todo o apoio dado nos momentos turbulentos. Obrigado por sempre me incentivar e acreditar no meu potencial.

Ao meu irmão Héllisson, pela compreensão e ajuda, que sempre que solicitado, segurou as pontas nas questões familiares.

Aos queridos amigos que fiz neste curso, Daniel Weinstein, Maria Paula, Thales José e Thainá Souza, que, desde o primeiro período, estivemos juntos dividindo as dores e partilhando os inúmeros aprendizados adquiridos em todos esses anos, garantindo-me as melhores lembranças que carrego desta graduação.

Aos amigos, que trago comigo há anos, Marcos Farias e Katielle Patrício, pela força e pela escuta nos momentos mais difíceis em que descreditei de mim, e com suas palavras de incentivo, me trazia de volta as forças necessárias para continuar a escrita.

Aos amigos do trabalho, pela compreensão, em especial na reta final da produção desta pesquisa, e por todo o apoio dado durante todos esses anos.

A minha querida Tia Marlene, que nos primeiros dois anos de graduação me abrigou em sua casa, como um (quase) filho, que era recém-chegado do interior à capital. Seu cuidado foi essencial.

Aos professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo pela contribuição na minha graduação.

A todos, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

O presente trabalho corresponde a uma revisão teórica sobre a temática das transformações da cidade do Recife, na lógica da produção higienista do espaço urbano. A análise volta-se ao papel do Estado e da sociedade, no contexto das transformações urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX. De modo particular, procura destacar os ideais sanitaristas e suas consequências, no que tange ao racismo ambiental e à vulnerabilidade socioespacial. O objeto da pesquisa é o urbanismo sanitarista enquanto estratégia adotada para o projeto de modernização do Recife, nas primeiras décadas do século XX. O principal objetivo é o esclarecimento das razões que justificaram a prática sanitarista, como uma solução para os problemas urbanos, a fim de avaliar os impactos socioespaciais, em consequência da prática sanitarista na reforma da cidade do Recife. Partindo da conceituação de racismo ambiental e da vulnerabilidade, em sua dimensão espacial, é apresentado um histórico do urbanismo no Recife, influenciado pelo sanitarismo. Tomando-se como referência a “cidade insalubre”, a pesquisa busca analisar as condições sanitárias no contexto social, político, econômico e tecnológico, na virada do século XIX para o século XX, quando o urbanismo sanitarista europeu serviu de modelo. Dessa maneira, busca-se esclarecer as razões que justificaram a prática sanitarista, destacando-se os aspectos do racismo ambiental e da vulnerabilidade socioespacial que caracterizaram o processo de modernização da cidade do Recife.

**Palavras-chave:** Urbanismo sanitarista; Racismo ambiental; Vulnerabilidade socioespacial.

## ABSTRACT

This paper corresponds to a theoretical review on the theme of transformations in the city of Recife, in the logic of the hygienist production of urban space. The analysis focuses on the role of the State and society, in the context of urban transformations that occurred in the first decades of the 20th century. In particular, it seeks to highlight sanitary ideals and their consequences, with regard to environmental racism and socio-spatial vulnerability. The object of the research is the sanitariat urbanism as a strategy adopted for the modernization project of Recife, in the first decades of the 20th century. The main objective is to clarify the reasons that justified the sanitary practice as a solution to urban problems, in order to evaluate the socio-spatial impacts, as a result of the sanitary practice in the reform of the city of Recife. Starting from the conceptualization of environmental racism and vulnerability in its spatial dimension, a history of urbanism in Recife, influenced by sanitariat, is presented. Having the “unhealthy city” as a reference, the research seeks to analyze sanitary conditions in the social, political, economic and technological context, at the turn of the 19th century to the 20th century, when European sanitary urbanism served as a model. In this way, we seek to clarify the reasons that justified the sanitary practice, highlighting the aspects of environmental racism and socio-spatial vulnerability that characterized the modernization process of the city of Recife.

**Keywords:** Sanitariat urbanism; Environmental racism; Socio-spatial vulnerability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho esquemático da geografia físico-morfológica do Recife, feito por J.C. Branner em 1904 .....	36
Figura 2 - Equipamentos e espaços públicos implantados pela Repartição de Obras Públicas, em mapa de 1906 .....	41

## LISTA DE MAPAS

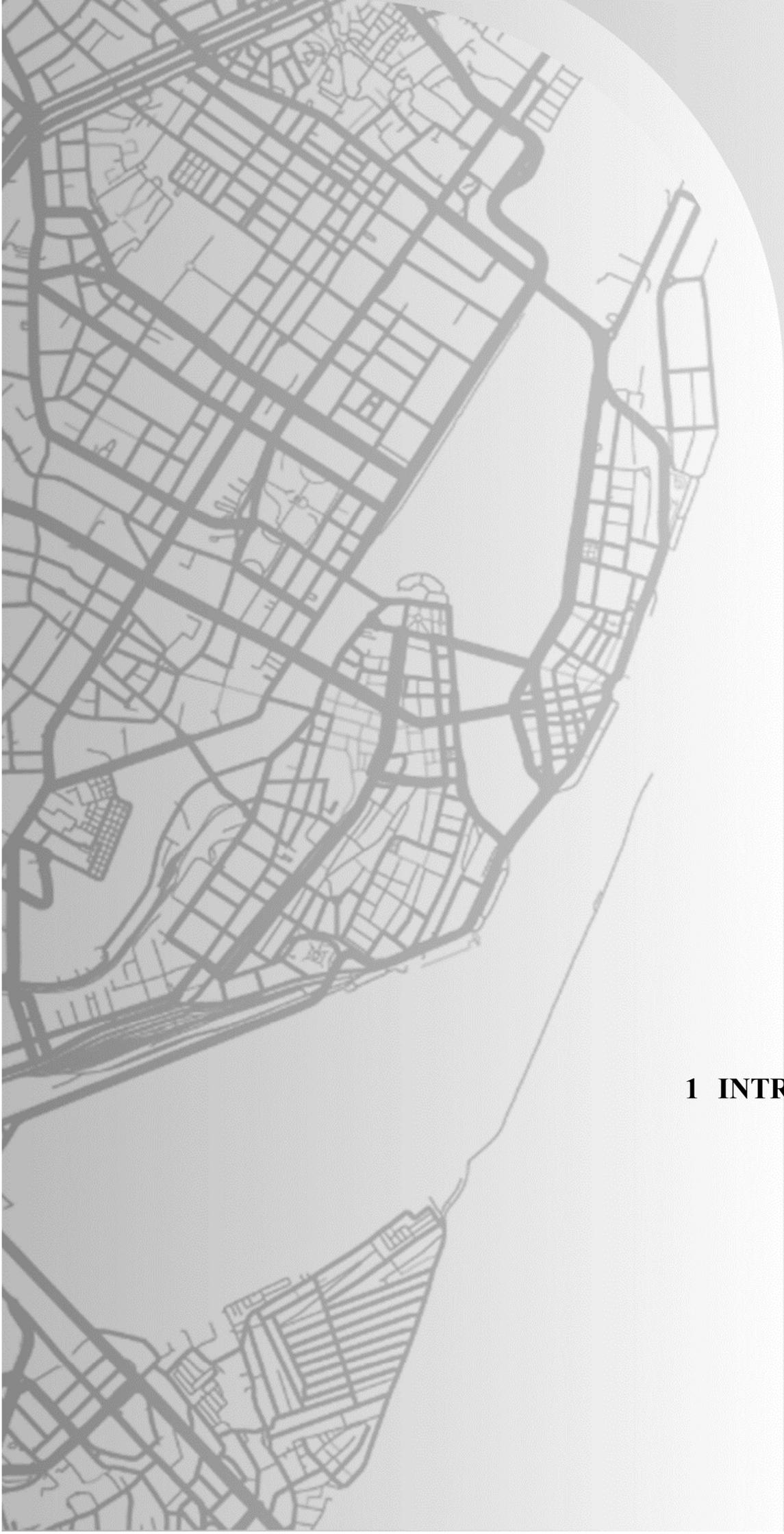
Mapa 1 - Mapa da cidade Maurícia de 1639 .....	35
Mapa 2 - Mapa da Cidade de Recife/PE do Ano de 1906 .....	51
Mapa 3 - Mapa de Recife de 1932 .....	57
Mapa 4 - Mapa do Recife de 1951 .....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número das empresas industriais instaladas em Pernambuco .....	50
Tabela 2 -	Tipos de empresas sobre o total .....	51
Tabela 3 -	População das Capitais dos Estados do Brasil em 1872, 1890, 1900 e 1920 .....	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
2.1	O racismo ambiental na concepção do espaço urbano.....	20
2.2	A produção do espaço e a vulnerabilidade socioespacial .....	26
<b>3</b>	<b>O ALVORECER DO URBANISMO SANITARISTA NO RECIFE</b> .....	<b>29</b>
3.1	A urbe insalubre .....	30
3.2	Primeiras manifestações higienistas no processo de planejamento urbano do Recife 34	
3.3	Gestão pública e desenvolvimento urbano no alvorecer da Primeira República.....	42
<b>4</b>	<b>URBANISMO SANITARISTA E O PROCESSO CIVILIZADOR</b> .....	<b>47</b>
4.1	A cidade do Recife enquanto palco da modernidade.....	48
4.2	Reformas urbanas e repercussões socioespaciais .....	53
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>61</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>



## **1 INTRODUÇÃO**

Após a primeira Revolução Industrial, diversas cidades foram marcadas por grandes transformações urbanísticas. Com o constante aumento populacional e diante do novo ideal trabalhista, famílias buscavam o centro industrial urbano como uma das poucas alternativas para se adaptarem ao novo modo de vida. O cotidiano da cidade e a qualidade de vida das pessoas começava a sofrer alterações, sendo as consequências do inchaço populacional sofrido pelas cidades um dos fatores que explicam o aparecimento de novas moléstias em centros urbanos. A partir de então, o ideal de cidade higienizada começava a ser gestado.

Os países que estavam passando por processos de industrialização que acarretavam a expansão do território das suas cidades, sofriam com o superpovoamento e a insalubridade que demandavam soluções. Emergia, portanto, a urbanística sanitaria enquanto alternativa de solução aos desafios infraestruturais urbanos, ancorados, majoritariamente, no Plano de Paris, elaborado por Haussmann. Tal experiência se tornou referência, na abordagem da cidade insalubre, resultando na transformação e segregação de espaços urbanos.

Desde o início do século XIX, com a expansão das relações exteriores, a internacionalização dos preceitos para a cidade salubre tornou-se justificativa para diversas práticas higienistas que tinham como objetivo a cidade ordenada, saneada e civilizada. No Brasil, no Período Imperial, devido às doenças que assolavam as principais províncias, iniciou-se um processo civilizador urbano, que visavam a assegurar às cidades e aos moradores condições de vida “saudáveis”.

De modo geral, a reestruturação das cidades se deu a partir de conceitos científicos, baseados na medicina social, descrita pelo filósofo Michel Foucault (1984 apud. ARAÚJO, 1996), enquanto aparelho restaurador e regulador da cidade. A construção do urbanismo sanitaria brasileiro, capaz de construir e/ou reconstruir a cidade, estava vinculado à formação de profissionais, como os engenheiros-arquitetos, formados, em sua maioria, nas Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e São Paulo (BURGER, 2008).

A cidade do Recife, tal qual se conhece hoje, resultou das reinterpretações do ideal de cidade desde o Período Colonial brasileiro. Em se tratando da urbe, nota-se que os anseios por políticas urbanas reformadoras estavam subordinados aos interesses das classes dominantes que ditavam as ações de cunho urbanístico que

deveriam ser realizadas. Portanto, historicamente, o planejamento da cidade e sua urbanística partia dos interesses das classes dominantes.

Questões como o saneamento básico, enquanto ferramenta auxiliar à saúde urbana, viriam a surgir no Brasil em meados do século XIX, motivadas pela discussão acerca da influência do meio ambiente sobre a proliferação de doenças que se alastravam na cidade. Desse modo, desde o século XIX, a promoção de saúde urbana no Brasil esteve relacionada a ações de saneamento básico que buscavam garantir qualidade de vida à população.

A falta de acesso à moradia digna e a defasagem na garantia de saneamento básico impactam diretamente as camadas pobres da população, que vivem em condições de vulnerabilidade, dentre as quais a população negra ocupa os piores índices. Não obstante, por mais que tal observação seja conhecida, há resistências no reconhecimento desses dados em vários estudos existentes. Com base no conceito de racismo ambiental e institucional, como um dos entraves ao desenvolvimento social, a visão do planejamento urbano como arcabouço capaz de beneficiar certos recortes de raça encontra-se no cerne desta pesquisa.

A escolha do tema deu-se a partir da inquietação diante da visão positivista aplicada às soluções higienistas, para a cidade do Recife, no início do século XX. Na presente pesquisa, o ponto focal está posto na análise das práticas de racialização do espaço urbano que expunham grupos vulneráveis às desigualdades territoriais, sob a forma de injustiças sociais e do racismo ambiental. Dessa maneira, com base no estudo das origens dos processos civilizatórios e das intervenções resultantes, busca-se investigar como se deram as transformações urbanas, sob influência do urbanismo sanitário, no diálogo, e na falta dele, entre as diferentes camadas da sociedade, objetivando analisar a alternativa adotada na modernização do Recife, no que diz respeito ao racismo ambiental e à vulnerabilidade socioespacial da cidade.

Para melhor entendimento acerca da condição do indivíduo que vive em vulnerabilidade, é necessário levar em conta que o estado em que ele vive não representa sua vontade própria. Se alguém nasce vulnerável, deve-se ao contexto social em que está inserido, que o torna vulnerável. Com base nesse reconhecimento, torna-se possível o estudo acerca da influência das condições físicas e espaciais do território, sendo, muitas vezes, reflexo das políticas territoriais e sociais injustas.

A presente investigação se apoia na conceituação de raça e racismo ambiental, correlacionando-a com as políticas étnico-raciais, adotadas na formação do espaço social. Dessa forma, o objetivo geral é analisar a alternativa adotada na modernização do Recife, no que diz respeito ao racismo ambiental e à vulnerabilidade socioespacial da cidade. Fundamentado na análise bibliográfica, de modo a contribuir para melhor compreensão das dinâmicas sociodemográficas no processo de modernização acima mencionado, a partir do objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as condições sanitárias da cidade do Recife, no contexto político, social e econômico, na virada do século XIX para o século XX;
- b) Esclarecer as razões que justificaram a prática sanitarista como solução para os problemas urbanos;
- c) Avaliar o impacto socioespacial, em consequência da prática sanitarista na reforma da cidade do Recife.

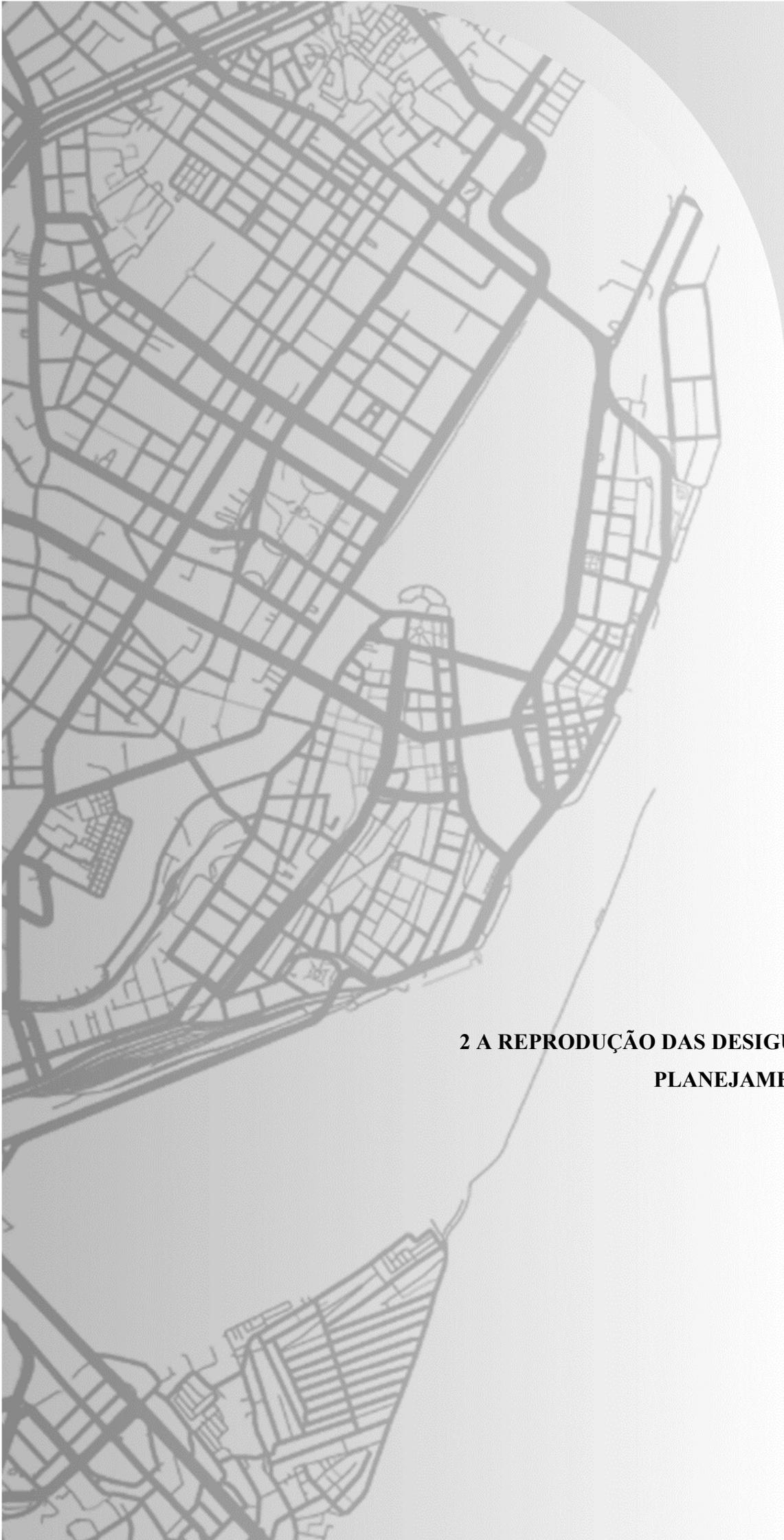
No primeiro capítulo, discorre-se sobre o conceito de raça e racismo ambiental, com base nos escritos de autores como Achille Mbembe e Henri Acselrad. Nesse caso, busca-se refletir sobre a dimensão do racismo ambiental no planejamento urbano, como também busca-se esclarecer os conceitos de vulnerabilidade socioespacial e sua relação com o planejamento urbano, com base nas teorias de Henri Lefebvre sobre a formação do espaço social.

O segundo capítulo apresenta um panorama do urbanismo no Recife, desde o final do Período Imperial até as estratégias utilizadas no início do Período Republicano, expondo as características de uma cidade doente, por meio da relação entre saúde e sociedade, do ponto de vista teórico e prático.

O terceiro e último capítulo aborda os preceitos, ideais e ações do urbanismo higienista e moderno, enquanto estratégia de planejamento urbano. Nesse capítulo, busca-se abordar a questão desde o surgimento até sua consolidação, situando a dissonância entre a concepção de planejamento e a prática, focando nos reflexos que acentuaram o papel do planejamento urbano sanitarista como forma de perpetuar a vulnerabilidade socioespacial e o racismo ambiental.

Uma vez estabelecida a contextualização da problemática estudada, o trabalho busca responder à seguinte indagação: como as estratégias do planejamento urbano sanitário legitimaram a articulação da exclusão racial e a exposição às vulnerabilidades socioespaciais?

Por fim, ao estabelecer a relação entre o planejamento urbano e os efeitos provocados, procura-se mostrar que, desde o período colonial brasileiro, houve a validação de estratégias que tratavam o espaço urbano como palco de políticas urbanas fomentadoras do racismo ambiental, institucional e estrutural, cuja consequência nefasta foi marginalizar e vulnerabilizar a população desfavorecida.



## **2 A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO PLANEJAMENTO URBANO**

## 2.1 O racismo ambiental na concepção do espaço urbano

Historicamente, a construção de uma cidade socialmente inclusiva tem sido um desafio, pois a garantia de acesso aos direitos fundamentais a todos os grupos sociais depende da intencionalidade de diversos atores, destacando-se o poder público. Com as raízes coloniais, responsáveis pela exploração da população negra, a discriminação social e racial carrega elementos que validaram a produção de um espaço urbano racialmente pensado.

De início, é necessário discorrer acerca do conceito de raça. Sua origem etimológica perpassa a classificação de plantas e animais, até chegar nos seres humanos com a filosofia moderna, baseada no projeto iluminista de transformação social. Em meados do século XVIII, a noção acerca do homem, enquanto objeto do conhecimento, ganhou força. Com o passar dos séculos, as ferramentas de comparação e classificação dos seres humanos, com base na distinção física e cultural, levaram à categorização entre o ser civilizado e o ser primitivo (ALMEIDA, 2018).

Tendo em vista os preceitos de liberdade e igualdade, que fundamentaram os ideais iluministas e que motivaram a Revolução Inglesa, a Francesa e a Americana, a negação do modelo tradicional de organização política resultou na nova reorganização de sociedade, antes feudal, transformando-a em capitalista. Diante das esperanças revolucionárias de liberdade e igualdade, os escravizados haitianos, que representavam um contingente importante na colônia francesa, reconheceram que o ideal liberal e iluminista não tornava todos iguais, tampouco os reconhecia como seres humanos. Diante da falta de garantia dos ideais proclamados pela Revolução Francesa, aconteceu a Revolução Haitiana e a luta do povo negro resultou na independência do país em 1804 (ALMEIDA, 2018).

A negação e a desumanização imposta aos povos afrodescendentes, presentes em diversos países, bem como aos povos originários americanos, anunciam que as práticas discriminatórias estavam diante da contradição entre o planejamento e as ações. Sendo assim, a ideia de uma civilização racialmente dialogada não existia.

A dimensão histórica do conceito de raça reflete a diferença entre as mudanças de percepção no âmbito social e científico que aconteceu com o passar dos séculos. Uma vez amparada nos comportamentos coletivos que influenciavam sentimentos e ações, a partir

da coloração da pele dos indivíduos, foram as circunstâncias históricas, advindas com a modernidade, que fomentaram o sentido específico no entendimento acerca de raça.

O que antes era entendida como uma construção fundamentada biologicamente, hoje, é entendida como uma categoria sociocultural baseada no ideário social, a fim de legitimar a dominação entre diferentes grupos que residem em um mesmo território, por intermédio da categorização de pessoas a partir de sua origem étnica (BARROS, 2019).

A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção dos conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis – a luta de classes ou a luta de sexos (...) encontrando parte da sua justificativa no velho mito da superioridade racial. (MBEMBE, 2014, p 27)

Alicerçado nos acontecimentos históricos, a hierarquização social, em geral, se dá a partir das diferenças culturais, morais e religiosas. Presentes principalmente na Segunda Guerra Mundial, a discriminação racial a grupos minoritários representava a naturalização das desigualdades, justificando, assim, as formas de controle social. Sob este ângulo, a concepção de racismo em seu caráter individual, institucional e coletivo descreve as circunstâncias que estiveram presentes desde os tempos coloniais, mas que, naquele momento, estavam amparadas cientificamente. Para SALES JR. (2006), o racismo pode ser entendido como “um sistema de dominação social baseado nas relações raciais, efetivando-se nas formas do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais”.

Dentro do discurso eurocêntrico advindo com a modernidade, o modelo de ocupação espacial se deu a partir da negação do negro, enquanto ser humano. Apesar da forma *humanizada*, de como se processou a aproximação dos povos africanos com o povo português, magistralmente caracterizada por Gilberto Freyre e reconhecida até mesmo por Jessé Souza (2019), a consagração da supremacia branca se revela diante da não aceitação dos saberes dos povos do Continente Africano e da hierarquização colonial, com a visão do branco como dominador. Nesse sentido, a legitimação da inferioridade racial, que antes se dava de forma subjetiva, ao produzir ações discriminatórias, ancoradas num imaginário social, traz como resultado a racialização das relações sociais como dispositivo mantenedor de poder.

Os processos de racialização têm como objetivo marcar estes grupos e populações, fixar o mais possível os limites nos quais podem circular,

determinar exatamente os espaços que podem ocupar, em suma, conduzir a circulação no sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral. Trata-se de fazer a triagem destes grupos de populações, marcá-los individualmente como espécies, séries e tipos, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes sua circulação e, se possível, a neutralizá-los antecipadamente por paralisação, prisão ou deportação. A raça, deste ponto de vista funciona como um dispositivo de segurança (...). A raça é simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo (MBEMBE, 2014, p.71).

Em um cenário marcado pelas raízes históricas, ligadas à discriminação racial, a relação entre as questões ambientais e o racismo estava posta diante da crescente falta de acesso a direitos fundamentais da população negra. Ao longo de séculos, em diversas províncias dos Estados Unidos, a disparidade nos padrões demográficos habitacionais afetou muitas comunidades.

Impulsionados por uma sequência de acontecimentos políticos, históricos e sociais e marcados pela herança colonial escravista, populações afro-americanas foram submetidas a uma segregação que limitou, dentre outras coisas, o acesso a direitos básicos. Diante de uma vida marcada por condições ambientais desfavoráveis, que afetavam comunidades não brancas e/ou pobres estadunidenses, iniciou-se a luta por um ambiente racialmente respeitado.

Partindo do entendimento de que o acesso a ambientes saudáveis era um direito básico, a injustiça ambiental revelou-se como um elemento fomentador do combate ao racismo ambiental que estava institucionalizado no país. A injustiça ambiental implica na imposição a riscos ambientais de forma desigual em relação à população desfavorecida financeira, informativa ou politicamente (ACSERALD, 2009). Vinculado aos movimentos sociais iniciados no Estados Unidos, encabeçados por Martin Luther King e Malcom X, a luta pela efetivação dos direitos civis aos grupos afrodescendentes busca alcançar a justiça ambiental.

No direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas sociais, políticas, estéticas e econômicas. (...) condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. (...) o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas. (ACSELRAD, p. 17, 2009).

No início da década de 1980, diante da decisão política de instalar um novo local de queima de solo contaminado, em Warren, Carolina do Norte, condado americano de expressa maioria negra, iniciou-se a luta pela garantia de direitos ambientais saudáveis e racialmente respeitados. Em um estudo elaborado pela United Church of Christ, denominado “*Toxic wastes and race in the United States*, que visava ao entendimento do padrão demográfico, na alocação de áreas para destinação de resíduos tóxicos, constatou-se que esse tipo de local (SOUZA, 2015) era estabelecido em áreas próximas, ou nas próprias comunidades negras. Com isso, o então diretor da instituição descreve a expressão Racismo Ambiental como:

Racismo ambiental é discriminação racial na tomada de decisões. É discriminação racial na efetivação das normas. É discriminação racial na alocação deliberada de lixo tóxico e indústrias poluentes em comunidades vulnerabilizadas. É discriminação racial no consentimento público de fatores de risco à saúde e vida humana em comunidades de cor. É, é discriminação racial na histórica exclusão de pessoas de cor dos principais grupos ambientalistas, direção de agências ambientais, comissões e órgãos reguladores. (CHAVIS JR., 1993, p. 3, tradução de SOUZA, 2015)

Dessa forma, os abomináveis usos da terra, presentes nas comunidades negras, viriam a explicar uma das dimensões do racismo ambiental, amparada nos riscos ambientais que aumentavam a vulnerabilidade nesses locais. Daí, levantaram-se discussões acerca do controle social, levando em conta a disparidade da exposição a riscos na saúde entre as comunidades de maioria negra/não branca e as comunidades brancas (SOUZA, 2015).

No âmbito dos debates acerca da justiça social, veio à tona o conceito de racismo ambiental como forma de trazer à luz o entendimento da problemática que afetava urbanisticamente a população negra americana. Para Tânia Pacheco (2014), “O racismo ambiental não é representado somente por ações que trazem a intencionalidade racista, mas também por meio das ações que resultam em um impacto racial, independentemente da intenção que lhes deu origem”. Para tanto, o entendimento acerca da falta de infraestrutura urbana, de saneamento básico e de outros serviços urbanos é basilar nas questões raciais presentes no planejamento urbano.

No Brasil, as raízes do racismo estão na aplicação dos mecanismos utilizados pelo Estado, no período de escravização, ao criar distinções que geravam desigualdades que expunham a população negra a condições degradantes. Em virtude das práticas promotoras de desigualdades raciais e perpetuadoras da supremacia branca, a estruturação

das políticas de acesso a direitos fundamentais era limitada devido ao racismo institucional presente na organização do Estado.

Estando a dimensão do racismo entranhada nas organizações governamentais, nas políticas públicas e nas instituições, a efetivação do racismo institucional revela-se ao promover a exclusão de grupos raciais por meio de ações, procedimentos ou comportamentos que resultam na naturalização desses atos, ao torná-los imperceptíveis (WERNECK, 2016 apud. JESUS, 2020).

No Brasil, o exercício de cidadania da população negra esteve durante muito tempo atrelado às poucas possibilidades, tendo em vista as precárias condições de vida dessa população. Neste sentido, o racismo, enquanto elemento estruturador social, dificultou o acesso à saúde, à educação e à moradia. Diferentemente do que ocorria nas camadas detentoras de riqueza e poder, em meio à população negra, deterioravam-se as condições de vida, ao se lhes negar direitos básicos, funcionando como fomentador da vulnerabilidade,

[...] o itinerário da exclusão sócio-econômica da população negra no Brasil é determinado pela sua condição étnico/racial associada ao escravo, sendo um indicativo de estigma social, inferioridade, segregação espacial e vulnerabilidade, portanto o racismo ambiental” (SOUSA, 2004, p. 133 e 134 apud. BARROS, 2019).

A Lei Áurea, que aboliu a escravatura em 1888, fundamentou-se no ideal de cidadania que garantiria o acesso aos direitos legais promotores da igualdade. Com o ideário de uma vida pública semelhante à dos brancos e baseada no discurso legal de que o acesso ao trabalho, moradia, saúde, educação e lazer seriam iguais, o processo de modernização brasileira trouxe aspectos de uma recomposição popular, a ser posta em prática a fim de prover um ideal coletivo de “povo” e de “nação”, democraticamente dialogada (JESUS, 2020).

Na Proclamação da República no Brasil, no imaginário social de alguns líderes, foi gerado certo ideal de democracia racial. De acordo com DOMINGUES (2013, p. 01), trata-se de “um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação”.

As contribuições que reforçavam o ideal de democracia racial, no período pós-abolicionista, eram permeadas, principalmente, pelas ideias das elites políticas e intelectuais e pelas literaturas produzidas pelos viajantes que chegavam ao país. Havia

discursos utópicos que descreviam uma relação amigável entre a figura do senhor e do escravo, caracterizando a intenção propagandista do período, promovido pela direção do movimento abolicionista institucionalizado.

Nos escritos elaborados pelos viajantes que vinham ao Brasil, no início do século XX, é possível perceber o caráter falacioso da relação de dominação racial, a partir da abolição da escravatura:

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual (...). No Brasil, não somente inexiste o preconceito racial, e as freqüentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturam-se inteiramente à população branca (...). Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas e nas assembléias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições...” (COUTY, 1981, p. 51 apud. DOMINGUES, 2013)

A romantização do ideal de liberdade, apresentado acima, descreve um Brasil no qual não existe preconceito racial e é provido de oportunidades iguais a brancos e negros. Ou seja, a intenção de democratização racial no sistema político, social e econômico era real. Porém, esses imaginários não condiziam com a realidade do Brasil recém-republicano.

Mesmo a partir da instauração da lei abolicionista que lhes garantia a liberdade, a opressão aos negros continuava tanto na prática, como nos planos. Na Constituição de 1891, ainda eram encontradas heranças coloniais e imperiais que denotavam a existência do racismo científico que, dentre outros pontos, impedia o acesso a direitos políticos. Portanto, a promoção da desigualdade continuava amparada nas leis.

Vale ressaltar que a manutenção dos laços de dominação era naturalizada por uma parcela da população negra que, mesmo após sua liberdade constitucional e impulsionada pelo mito da democracia racial, resignava-se com a falsa ideia de independência com relação à elite branca (JESUS, 2020)

Essa prerrogativa permeia também as questões urbanas de acesso à moradia, pois as condições socioambientais dos negros, somadas às condições precárias em que viviam, resultavam em “injustos processos sociais, culturais e econômicos que estão inseridos na história do País” (Brasil, 2013).

## 2.2 A produção do espaço e a vulnerabilidade socioespacial

No Brasil, a herança colonial representa grande parte de sua história. Dessa maneira, ainda no início do século XX, a relação entre as raízes patrimonialistas e a produção do espaço urbano se assentava na construção social que representa a reprodução institucionalizada de um ideal. Os processos históricos, que aconteceram no Brasil, reafirmam que a condição social das pessoas era um fator determinante na produção do espaço.

Diante disso, o entendimento acerca da dimensão política na relação entre as pessoas e o espaço é apresentado na obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, de 1968 (LEFEBVRE, 2008), na qual o autor busca explicar as dinâmicas ocupacionais, relacionadas com a distribuição heterogênea de grupos sociais no espaço. Portanto, o empoderamento na forma de habitar os espaços públicos de forma democrática está no cerne da discussão acerca do direito à cidade.

O direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitá-la e a morar. o direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implícitos no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2008).

Para Purcell (2003), o direito à cidade contempla duas vertentes: o direito à apropriação e o direito à participação. Em se tratando do primeiro, o aumento do valor do espaço se dá na sua apropriação a partir do uso cotidiano, ocupando o espaço urbano nas vivências diárias e na garantia do lazer, já o direito à participação, corresponde à atuação dos habitantes da cidade, na produção do espaço urbano a partir das tomadas de decisões que lhes garantem participação nas questões políticas e sociais urbanas (REZENDE e ANDRADE, 2022).

O habitar a cidade reflete as dinâmicas de controle dos indivíduos sobre as maneiras de ocupá-la. Visto que as políticas públicas urbanísticas refletem os valores que lhes são dados, é a partir do exercício da cidadania, como elemento que garante à população, participação ativa na produção do espaço urbano, que a cidade resultará da consciência coletiva da sua representatividade nas atividades locais.

Na relação entre economia e o espaço urbano,

“[...] os capitalistas deixam de investir na produção que gera empregos, investindo em grandes obras de urbanização que tem o papel de absorção do capital excedente. Essas obras, em geral, ligadas ao mercado imobiliário acabam mudando o estilo de vida das populações, muitas vezes para pior afetando diretamente a população de baixa renda com menos capital simbólico e, portanto, com menos oportunidades de trabalho (BARROS, 2019).

O espaço é produzido e reproduzido por meio de diversos fatores, que representam a forma de dominação e de poder das classes dominantes. Por isso, o espaço é social e inclina-se a disfarçar as relações de poder entre as diferentes classes sociais, chegando a promover a segregação socioespacial entre as pessoas de diferentes raças e classes sociais.

[...] o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “idealidade” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. O espaço social implica múltiplos conhecimentos. LEFEBVRE (2006).

O espaço social é produto das relações que nele estão inseridas. Dessa maneira, o espaço socialmente construído reflete, de forma distinta, nos diferentes grupos sociais, de acordo com as condições políticas, econômicas e sociais que os representam.

Baseado nos escritos de Lefebvre, o espaço é produzido a partir de três dimensões: 1. O espaço percebido, apreendido a partir dos acontecimentos cotidianos; 2. o concebido, que compreende a dimensão do imaginário de quem o planeja e/ou idealiza e 3. o espaço vivido, que corresponde às dinâmicas espaciais que acontecem no ambiente em razão do que se têm à disposição dos indivíduos, correlacionado com os exercícios e as ações na experimentação do espaço.

Sendo o território um espaço urbano resultante da apropriação de grupos sociais distintos, os processos de produção espacial resultam na promoção da desigualdade, segregação e da vulnerabilidade socioespacial (GOMES, 2013). Diante disso, a noção do espaço, para além de uma simples representação espacial da cidade, representa um elemento simbólico que corresponde ao interesse de diferentes agentes.

Para ACSELRAD, (2014), a vulnerabilidade “engrandece a forma de como as estruturas socioespaciais expõem os diferentes grupos sociais, indivíduos e áreas a

perigos em diferentes escalas”. Visto que o processo de ocupação se dá de forma desigual e discriminatória, amparado nos ideais capitalistas e nas contradições daqueles que planejam o espaço urbano, as características geográficas e sociais tornam-se elementos fomentadores e propagadores da segregação espacial, trazendo em seu imaginário áreas destinadas aos ricos e aos abastados.

Desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades sócio-espaciais, retroalimentando-se. E na medida em que as condições de infraestrutura e de vida são melhoradas nesses lugares, a valorização expulsa os mais pobres para locais ainda com piores condições. É a lógica da produção injusta do espaço (FERREIRA, VASCONCELOS E PENNA, 2008, p. 9).

A despeito dos pressupostos de um novo ideal de cidade, nas áreas centrais do Recife, os processos de segregação socioambiental foram intensificados. Tais processos representam a relação entre as condições do território e suas características sociais, econômicas e culturais, resultando das diferenças socioeconômicas da população, amplamente evidentes nas questões habitacionais e territoriais (FERREIRA, VASCONCELOS E PENNA, 2008).

Diante do acima exposto, o processo de construção de um espaço urbano amplamente dialogado, entre as diferentes camadas da sociedade, torna-se dificultoso. No contexto do planejamento urbano modernista do Recife, na virada do século XIX para o século XX, houve a concentração de interesses das classes dominantes na produção do espaço urbano. Com a intenção de reestruturar a cidade, para adequar-se aos padrões europeus e industriais, o sanitarismo surgiu como uma alternativa de higienização física e moral da cidade.



### **3 O ALVORECER DO URBANISMO SANITARISTA NO RECIFE**

### 3.1 A urbe insalubre

Desde a Antiguidade, o saneamento é interpretado como um instrumento de melhoramento da infraestrutura urbana. A partir dos tratados, teorias e das pesquisas de Hipócrates, acerca da influência do meio sobre o homem, medidas sanitárias foram colocadas em prática como forma de garantir o bem-estar social, cultural e urbano.

Após a Revolução Industrial, os principais centros urbanos da Europa começaram a adotar novos hábitos de vida. Desde então, o sistema econômico capitalista consolidou-se, ocasionando um aumento populacional descontrolado e uma nova realidade urbana, que apresentava péssimas condições de vida. Além de trabalharem por longas horas, os trabalhadores residiam em locais insalubres e lotados de pessoas, o que favorecia o aparecimento e disseminação de doenças, algumas até com origens desconhecidas.

Doenças como tuberculose, sarampo, varíola e cólera se alastraram pela Europa, acometendo boa parte da população e criando uma emergência sanitária em diversas cidades. Em se tratando do cólera, historiadores apontam que as primeiras evidências da doença se deram na região do baixo-Bengala, na Índia. Segundo registros, no século XVII, o cólera já tinha caráter epidêmico, espalhando-se pelos países vizinhos (WITTER, 2007). Devido ao seu rápido poder de contágio e elevado grau de mortalidade, em meados do século XIX, a doença avançou pelo Ocidente, sendo considerada uma epidemia de sete fases e de escala mundial.

Em tais condições, o aumento do contingente populacional gerava um caos, no qual as habitações coletivas, o lixo e as rebeliões eram sinônimos de desordem que ameaçavam a saúde pública. Tal configuração espacial desagradava os gestores, de modo que foi necessário intervir no meio urbano como forma de assegurar as medidas de controle do espaço urbano. No contexto social de então, o médico era classificado como apoio científico ideal, capaz de refletir acerca dos problemas que atingiam a cidade e propor possíveis soluções.

Em sua obra intitulada “Microfísica do Poder”, Foucault (1984 apud. ARAÚJO, 1996) teorizou sobre as interpretações da cidade e da medicina moderna na Europa do século XIX. Nessa obra, ele explicita a formação da medicina social em 3 etapas: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força do trabalho. A medicina de Estado teve seu início no século XVIII, na Alemanha, denominando-se a posteriori como

“Ciência do Estado”. Pode ser caracterizada como uma espécie de polícia médica, pois servia para contabilizar a taxa de morbidade da população no âmbito de cada hospital, passando para as cidades e chegando ao Estado. Essa interpretação ~~da medicina~~ também foi responsável por normalizar o ensino médico, organizando o cargo do médico em nível estadual, com a entrega de diplomas e a criação de cargos de natureza médico-administrativo (FREITAS, 2020).

A compreensão acerca da medicina urbana deu-se a partir da realidade que se passava na França, visto que o comando do território francês se dava a partir de diversos agentes, sendo eles a Igreja, as corporações e as comunidades, representando uma estrutura urbana com diferentes ideais. Nesse contexto, a medicina urbana buscava a unificação do poder urbano, sendo ela capaz de construir e reconstruir a cidade, enquanto corpo urbano único, coerente e homogêneo, objetivando o controle de fatores difusores de doenças e endemias no espaço urbano, fundamentado na noção de salubridade (ARAÚJO, 1996).

A medicina da força de trabalho foi aplicada no caso da Revolução Francesa e na industrialização que aconteceu na Inglaterra. Em decorrência do rápido desenvolvimento do proletariado, o controle de elementos que aumentavam os perigos à saúde pública tinha como objetivo melhorar o controle da medicina, no caso dos trabalhadores pobres (ARAÚJO, 1996).

Na relação entre saúde e sociedade, a medicina desempenha um papel social preventivo. Porém, essa concepção, hoje facilmente entendida, não fazia parte da realidade antes do século XIX, tendo em vista que ela não tinha conexão com o Estado. Historicamente, o ‘médico’ estava relacionado a curandeiros ou ‘médicos’ populares, cujas práticas cotidianas estavam ligadas a tratamentos curativos. Ao adentrar na Era Moderna, deixando os preceitos da Idade Média de lado, o Estado passou a enxergar o cidadão como elemento pertencente à cidade. Com isso, a medicina, antes curativa, se transformou em uma medicina preventiva, visando a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, da cidade.

Se no medievo, a Igreja canalizava o seu poder para incluir nos cristãos o dever da salvação individual da alma, a nova tarefa dos indivíduos era trabalhar coletivamente para fortalecer o Estado e a cidade, colaborando, assim, para a acumulação de riquezas. SANTOS, 2009. P. 71.

Após a chegada da Corte Real Portuguesa em terras brasileiras (1808), a formação do corpo de medicina social tinha por objetivo descobrir as causas das doenças que acometiam a sociedade. Além disso, buscava controlá-las, com base em intervenções urbanísticas como a delimitação de vias e áreas loteáveis, o aterro de pântanos e a preocupação com o encanamento de água. Em 1809, a Provedoria de Saúde foi criada e, cerca de cinco anos após, a grade de cadeiras das Escolas de Cirurgia do Rio de Janeiro e da Bahia sofreriam mudanças ao inserir em seu currículo a disciplina de introdução à Higiene.

Em meados do século XIX, o Brasil já estava afetado pela epidemia de tuberculose e febre amarela (1850), enquanto a epidemia do cólera atingiu a população por volta de 1855 (em sua terceira epidemia na escala mundial). Naquela época, os preceitos modernizantes advindos da Revolução Industrial já faziam parte do cotidiano de algumas cidades brasileiras e, como forma de enfrentamento às doenças, com base na teoria miasmática e/ou bacteriana, as autoridades indicavam o isolamento dos infectados.

A realidade da grande maioria da população, especialmente dos pobres e trabalhadores, era marcada por enchentes, lixo acumulado, moradias em condições precárias e/ou coletiva (também conhecidas como “cortiço”), sem instalações higiênicas e com pouca salubridade, o que aumentava o poder de disseminação das mazelas que assolavam as cidades.

Em meados do século XIX, o Brasil passava por um intenso processo de transformação política, social e econômica, onde despontava um novo ideal de cidade, seguindo os preceitos da modernidade. As mudanças urbanas atingiam não só os espaços públicos, como também os costumes e o cotidiano da população. Junto com os novos modos de viver, apareciam novos problemas. A medicina social chegou, junto aos engenheiros e arquitetos da época, como uma instituição de controle dos problemas urbanos que pairavam sobre a cidade.

No início do Século XIX, a atuação da elite médica e política de Pernambuco condenava os costumes insalubres da população que vivia na periferia urbana. A populacional do Recife crescia de forma acelerada, especialmente nos bairros centrais (Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista), cuja principal razão era o fluxo migratório proveniente das cidades fronteiriças, assim como os sertanejos vítimas das constantes secas. Sem moradia nem condições de se manter, os migrantes somavam-se, muitas vezes, à população pobre que vivia em situação de vulnerabilidade social.

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Recife foi acometida por uma epidemia de cólera que resultou em mais de cem mortes diárias. Segundo a *Relação Numérica da População Livre e escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife (10 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, apud. FARIAS, 2011)*, a população era de 70.000 pessoas. Devido às características geográficas do Recife, por se tratar de uma planície cortada por dois rios (Capibaribe e Beberibe) e cercada por mangues, seu território se tornava um ambiente favorável à proliferação de doenças.

O aumento do contingente populacional gerava um caos generalizado. As habitações coletivas, lixo e rebeliões eram sinônimos de desordem e ameaçavam a “saúde” pública. A configuração espacial desagradava à elite econômica, de modo que foi necessário intervir como forma de assegurar as medidas de controle do espaço urbano. Neste contexto, o médico foi considerado como apoio científico ideal a fim de refletir sobre os problemas que atingiam a cidade.

Durante a administração de Francisco do Rego Barros (1837-1840), medidas de melhoria na salubridade urbana foram instauradas como: 1. garantir o ordenamento urbano a partir de um plano de arruamentos, 2. construir edificações públicas modernas e 3. estabelecer um Conselho de Salubridade. Somente em 1845, após a gestão do Barão da Boa Vista, o Conselho foi fundado como órgão regulamentador das práticas de higiene pública. Como forma de evitar a proliferação de doenças, provenientes dos navios que chegavam ao Porto, o Conselho recomendou a construção de lazaretos (local que recebiam doentes próximos aos portos), recomendando a quarentena a todos aqueles que apresentassem os mínimos sinais de contágio.

No ano de 1841, foi criada a Sociedade de Medicina de Pernambuco, fundada pelos cirurgiões, farmacêuticos e médicos respeitados pelas suas respectivas atuações na área, cujo objetivo era legitimar e elevar a posição social do “saber” médico. Sendo uma instituição que visava a cooperar com as necessidades higiênicas, ao fundir o conhecimento científico e o ideal higienista, a agremiação se dispôs a elevar o caráter civilizatório da província, ao oferecer seus conselhos “eficazes” à Câmara Municipal sobre a questão da saúde pública. O combate aos hábitos que não estavam de acordo com o ideal, traduzia-se como uma troca de interesses, uma vez que a sociedade desejava que a administração pública fosse adepta aos conhecimentos médicos, enquanto elemento garantidor da saúde individual e urbana.

O ordenamento social proposto pelo Estado, firmado nos ideais capitalistas vigentes da época, atingia um novo patamar. Ao enxergar a figura do homem como responsável pela desordem urbana, o interesse da elite e dos médicos sanitaristas, objetivava trazer “ares de civilização” para a cidade. Os efeitos causados sobre as classes pobres não faziam parte da preocupação das elites. Para tanto, o “cuidado” com a saúde física e moral, da população e da cidade, tornava-se imprescindível para a garantia de uma sociedade civilizada.

Uma das ações foi a exclusão social daqueles que eram classificados como “classes perigosas”, dentre os quais se enquadram os mendigos, prostitutas, bêbados, infratores e aqueles que não se submetiam ao modelo de servidão e obediência, em especial os escravizados, considerados como “ímorais” e disseminadores de várias doenças, sendo expulsos das ruas.

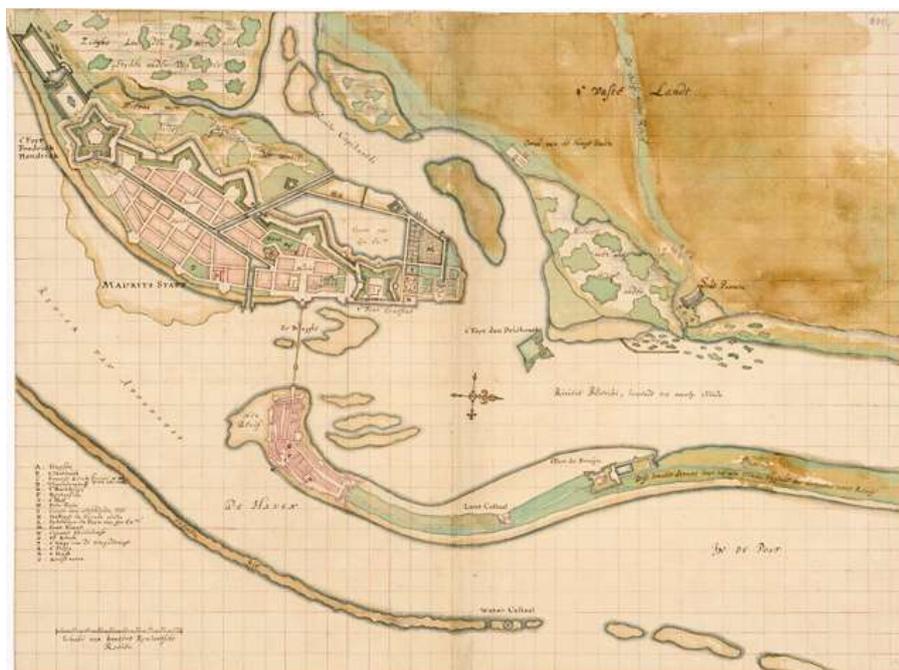
Neste cenário, a Medicina Social foi apresentada como dispositivo capaz de organizar o homem e o meio em que ele está inserido. Tal princípio estava baseado nos anseios modernizantes do Estado, que via esta ação como processo civilizatório ao criar políticas públicas para “regularizar” tanto a cidade como os costumes da sua população.

### 3.2 Primeiras manifestações higienistas no processo de planejamento urbano do Recife

Durante o período colonial brasileiro, a formação dos núcleos urbanos seguia os padrões portugueses, que reconheciam como vila ou cidade alguns aglomerados urbanos, definidos como tal, principalmente, em função dos interesses políticos e econômicos em cada localidade. Para a Coroa Portuguesa, as cidades representavam um elemento essencial para o empreendimento e formação administrativa da colônia.

Desde o século XVI, a pequena povoação, conhecida como “Arrecife dos Navios”, fazia parte da Vila de Olinda, sede da Capitania de Pernambuco. Em 1537, Duarte Coelho instalou a Câmara Municipal, de cuja jurisdição o Recife dependia. No período de dominação holandesa (1630-1654), em decorrência do incêndio da Vila de Olinda, o Recife se tornou sede da Capitania de Pernambuco (Mapa 01) e passou a crescer enquanto centro urbano. Devido às atividades portuárias que reuniam armazéns e alfândegas, a exportação do açúcar permitiu que a urbe se tornasse um escoadouro de mercadorias.

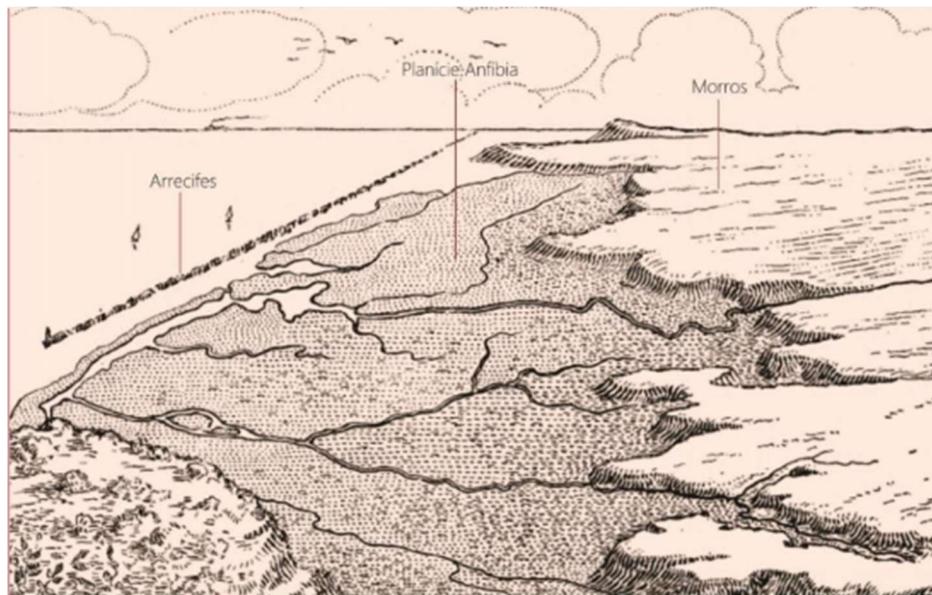
Mapa 1 - Mapa da cidade Mauricia, RECIFE, 1639.



Fonte: Atlas de J. Vingboons do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.  
Disponível em: <<https://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>>.

Em 1654, Portugal reconquistou o domínio local e Olinda foi reestabelecida como sede da capitania pernambucana. No início do século XVII, o Recife, que correspondia a um pequeno povoado de pescadores, logo seria considerado uma das maiores aglomerações urbanas do Brasil. A dependência política do Recife caracterizava a cidade como uma espécie de colônia de Olinda por falta de participação na política e na administração pública local, o que desagradava aos comerciantes e mercadores da cidade. Somente após a nomeação do Governador de Pernambuco, em 1709, o Recife foi emancipado a partir da Carta Régia, instalando sua própria Câmara Municipal.

Figura 1 - Desenho esquemático da geografia físico-morfológica do Recife, feito por J.C. Branner em 1904



Fonte: CASTRO, 1966 in SALES, 2017 (modificada).

A imagem do Recife sempre foi muito ligada à sua riqueza fluvial, distinguindo-se da maioria das vilas existentes no país devido a suas características geográficas (Figura 1). Na condição de povoado próximo ao porto, o Recife seguiu as tradições urbanísticas portuguesas de destinar as partes baixas das cidades marítimas às atividades portuárias. Tais características também são encontradas nas cidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra. Dessa maneira, o Recife atingiu sua importância econômica e política, em âmbito nacional, no início do século XIX, após a abertura dos portos às nações amigas. Dessa maneira, o aumento das relações exteriores permitiu que a cidade se tornasse um dos três mais relevantes centros urbanos do país, atrás apenas do Rio de Janeiro e Salvador.

O crescimento físico da cidade deu-se a partir dos avanços sobre o leito do Rio Capibaribe, por meio do aterro de zonas inundáveis, expandindo as áreas para ocupação urbana. O rio banha os principais bairros centrais da cidade: a ilha de Antônio Vaz, que compreende o bairro de Santo Antônio e o de São José, o bairro da Boa Vista e o bairro do Recife. Portanto, o rio representou o principal eixo de ligação entre as áreas centrais da cidade e os bairros suburbanos e a principal rota de agro exportação do açúcar, como afirma CARVALHO (1998): “o Capibaribe tornou-se uma verdadeira estrada para o

escoamento do açúcar produzido nos engenhos da sua várzea. Engenhos se transformaram em povoações, e os mais próximos do porto, em bairros da cidade”.

Durante o século XVII, a Coroa Portuguesa adotou uma política centralizadora como forma de assegurar o controle das cidades e vilas. No Recife, a Câmara Municipal, comandada pela elite agrária, assumiu a responsabilidade administrativa e passou a definir os preceitos das condutas sociais aceitáveis em espaços de convivência como forma de distanciar-se das sujeiras e doenças, aplicando multas àqueles que as descumprissem. Tais normas recebiam o nome de “*Posturas*” que Koch (1996) definiu como um “Conjunto de preceitos municipais escritos, geralmente codificados, que obrigam os munícipes a cumprirem certos deveres de ordem pública”.

Era função do “Almotacé”, espécie de inspetor local, a responsabilidade de executar, verificar e punir aqueles que descumpriam as leis. De acordo com SOUZA (2002), eram responsáveis, sobretudo, pela fiscalização das atividades econômicas locais como forma de disciplinar os mercadores e vendedores ambulantes. A tais inspetores competia a adoção de medidas que garantiam a higiene pública, inspecionando os caminhos vicinais, edificações, garantindo a conservação de cais e fontes e a desobstrução de rios.

No início do século XVIII, existiam ações recomendadas de como a população devia agir, seja em épocas de chuva, obrigando os moradores a aterrarem poças d’água, evitando alagadiços ou proibindo a circulação de animais soltos nas vias. Esta última ação seria regulamentada em 1772, com o preceito de evitar a proliferação da doença da raiva, que chegava a causar mortes. Porém, devido à falta de fiscalização contínua por parte dos gestores e responsáveis, essas posturas não foram seguidas.

Desde a formação da cidade, por influência da urbanística portuguesa, é visível a preocupação com a imagem da cidade. Com o constante crescimento, o ideal de cidade e de campo estavam paralelamente presentes no cotidiano da urbe. Para se enquadrar no ideal de cidade moderna da época, era necessário desprender sua imagem de um espaço com resquícios do passado colonial, uma vez que representava um retardo em seus costumes. Para isso, deveria buscar novas estratégias de embelezamento físico e moral.

Do final do século XVIII ao início do século XIX, centros urbanos de todo o mundo eram afetados por questões políticas, econômicas e sociais que, em decorrência da ampliação das relações exteriores, provocaram a mudança de velhos hábitos e práticas que já não eram compatíveis com os novos padrões de civilidade. A cidade colonial,

sinônimo de insalubridade por conta de sua conformação territorial, composta por ruas estreitas e sinuosas, não aparentava ter sido planejada.

Naquele momento, a relação entre arquitetura e cidade estava atrelada às preocupações com as epidemias e à falta de saneamento, uma vez que a redefinição do posicionamento social das cidades se dava, primordialmente, a partir da crescente necessidade de reformulações infraestruturais, decorrentes das ações relacionadas à falta de limpeza urbana.

Em razão do constante crescimento, proveniente da industrialização, os processos de transformação urbana já eram a realidade de diversas cidades ocidentais. Além disso, o remodelamento urbano foi um instrumento de adequação das áreas históricas, a fim de provê-las de infraestrutura moderna.

Devido às doenças que assolavam a cidade, era recomendada a intervenção em locais propícios à disseminação de doenças. Tal recomendação baseava-se nos princípios da medicina social (CORREIA, 2004), que consistia em garantir a salubridade por meio do controle da circulação do ar e da água. Desse modo, buscava-se evitar o acúmulo de tudo que pudesse transmitir epidemias ou endemias, com base na teoria miasmática, segundo a qual as más condições do meio ambiente eram a principal causa das enfermidades. Com a evolução da ciência, tal teoria seria negada e substituída pela Teoria Microbiana, segundo a qual os micro-organismos são os agentes causadores de doenças.

A nova ordem transformou os mais importantes centros urbanos do país em espaços que concentravam atividades econômicas, políticas e sociais de forma a concretizar um processo civilizatório. Tal processo representava o avanço, ao tornar-se semelhante ao modelo europeu de reconstrução urbana, decorrente da Revolução Industrial, atraindo um contingente populacional cada vez maior. Com este aumento, o viés modernizante deveria estar em consonância com a visão da elite dominante. Dessa maneira, o ideário sanitário começou a permear as posturas, as leis e as repressões policiais.

A emergência do pensamento sanitário permitiu à Igreja Católica que, para além do aspecto religioso, atuou, durante séculos, como órgão administrativo das cidades, assegurar o controle social. Para as autoridades médicas e políticas locais, a pobreza era vista como um problema moral e estava associada aos indivíduos que degradavam a imagem social da cidade. A dualidade entre o pensamento cristão de proteger aqueles que necessitavam de cuidados e o pensamento capitalista modernizador de limpeza social

andavam lado a lado. Afinal, estava se erguendo um novo modo de vida, baseado, dentre outros preceitos, no individualismo e na racionalidade científica (MORAIS, 2016).

A percepção e o ordenamento acerca do modelo ideal de cidade, desde sua formação, eram de responsabilidade dos gestores de cada época. O anseio por uma população civilizada, que tornaria a cidade um espaço seguro, era o instrumento usado para redefinir os padrões do viver civilizado, seguindo as percepções do ordenamento. Não obstante, a maioria da população não seguia os preceitos modernizadores e estava sob a constante vigilância do Estado.

Do final do século XVIII até a década de 1820, havia uma convivência de novos e velhos costumes, a cidade e a sociedade conviviam com dois tempos num mesmo período. Ao longo do século XIX, com a intensificação das atividades comerciais, a cidade passou a receber um número crescente de imigrantes europeus que aqui estabeleceram negócios. Algumas das suas ruas foram alargadas e padronizadas e surgiram posturas municipais de controle do comércio e construções com padrões internacionais. O governo proveu iluminação a gás e abastecimento de água e regularizou serviços como ensino público, ferrovias e transporte (FARIAS, 2007).

A constante preocupação com a manutenção e melhoramento do caráter modernizante do Recife permeava questões do funcionamento da cidade durante o período imperial. O Governo da província criou a Repartição de Obras Públicas, a fim de realizar os serviços de manutenção da infraestrutura urbana. Em 1835, através da Lei Provincial nº 9, a Câmara Municipal do Recife designou a melhoria das vias urbanas, de sua estrutura e aparência como forma de organização territorial, uma vez que a expansão urbana se dava, até então, de modo independente das delimitações do perímetro urbano, decorrente do processo informal de ocupação da cidade.

Segundo ZANCHETTI (1989), a atuação da Repartição de Obras Públicas apresentou diferentes fases de gestão urbana: a primeira (1838-1844), dirigida por Louis Léger Vauthier, foi marcada pela reestruturação urbanística da cidade e a construção de edifícios públicos. Na primeira fase, o então Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, sob forte pressão social e econômica para melhorias infraestruturais, deliberou sobre a questão do abastecimento de água, que até então era transportada por canoas, abastecidas no Rio Beberibe ou no açude do Monteiro. Ocorre

que as canoas transportavam tonéis até o destino, podendo causar a contaminação pela falta de proteção e higiene das pessoas que as transportavam.

Diante da problemática do abastecimento de água do Recife e Olinda, Vauthier buscou diretrizes para solucioná-la. Em 1837 foi autorizada a contratação de uma empresa fornecedora de água potável aos habitantes e no ano seguinte foi assinado o contrato, firmado entre o Governo Provincial e a Companhia do Beberibe, para a implantação de uma rede de encanamento, devido à constante falta d'água. A solução implantada pelos engenheiros Conrado Jacob Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde foi através da captação da água do Açude da Prata que, com o encanamento de 10km de extensão, garantia a distribuição de água até oito chafarizes construídos em pontos estratégicos da cidade (GASPAR, 2009).

A questão da higiene das edificações e da limpeza da cidade esteve presente desde as primeiras Posturas do reino português, sendo utilizadas, também, no Brasil Colônia. Em linhas gerais, o ordenamento do espaço público era um mecanismo que buscava mudar o posicionamento da urbe. Nos Livros de “*Posturas Adicionais da Architectura, Regularidade e Aformoseamento da Cidade*”, de 1839, a Câmara Municipal do Recife, determinou questões de reorganização urbana, a exemplo das larguras mínimas das ruas, como forma de combater a conformação urbanística de ruas estreitas (SOUZA, 2002).

Com isso, a licença para edificar só seria concedida após o Plano de Arruamento demarcar, com postes, as larguras das ruas ou travessas. Foi estabelecido, também, um padrão sobre os quarteirões a serem construídos, ao definir medidas mínimas (52,8m a 66m) e máximas (110m a 132m), representando uma preocupação com a malha urbana (SOUZA, 2002).

Em relação às edificações, as posturas obrigavam os proprietários a criarem sumidouros nos quintais e escoadouros nas laterais das residências para servir de calha de escoamento das águas da chuva. Definiam, também, a composição das fachadas que margeavam as vias, ao delimitar a quantidade de portas e janelas, na proporção de uma porta/janela para cada 2,20m, determinando, inclusive, suas medidas; a altura máxima das edificações; o uso obrigatório de cornijas, cujos moldes deveriam ser fornecidos pela própria Câmara Municipal; a disposição de varandas corridas, nos pavimentos superiores das casas com mais de um pavimento.

Tais Posturas revelam a preocupação com o padrão estético desejado, de forma a definir a intenção plástica da composição arquitetônica, criando uma regularidade a partir

do emprego de elementos arquitetônicos, resultando em uma homogeneidade das fachadas.

A segunda fase (1850-1856), sob direção de José Mamede Alves Ferreira, foi marcada pela realização do Cemitério de Santo Amaro, do Ginásio Pernambucano, do Hospital Pedro II, da Casa de Detenção e da primeira planta da cidade (ver Figura 2).

Figura 2 - Equipamentos e espaços públicos implantados pela Repartição de Obras Públicas, em mapa de 1906



1. Ponte Buarque de Macedo (1856)
2. Ponte Princesa Isabel (1863)
1. Palácio do Governo (1841)
2. Biblioteca Pública (1852)
3. Teatro Santa Isabel (1850)
4. Liceu de Artes e Ofícios (1871-1880)
5. Mercado de São José (1875)
6. Casa de Detenção (1848)
7. Estação de trem Central (1885)
8. Estação de trem São Francisco (1858)
1. Praça da República (1875)
2. Cais Martins de Barros
3. Cais do Colégio, atual Praça Dezesete

Fonte: Museu da Cidade do Recife e Reynaldo (2017).

No ano de 1854, o médico sanitarista Dr. Joaquim de A. Fonseca, Presidente da Comissão de Higiene Pública da Província, elaborou um plano para as edificações da cidade, onde apresentou a relevante necessidade da ventilação, iluminação e da água como elementos garantidores de salubridade. A conformação dos lotes era, em sua maioria, alongada e estreita, resultando em edificações geminadas, com mais de um pavimento e que seguiam os limites dos terrenos. Ao entender a importância da luz solar e dos ventos, o sanitarista recomendou que a Câmara Municipal do Recife estabelecesse um gabarito máximo das edificações posteriormente construídas, e que fossem construídas vias públicas largas e praças com grandes espaçamentos, ainda sob influência da Teoria dos Miasmas.

A terceira fase (1858-1875) foi marcada pelo modelo de gestão pública compartilhada com o setor urbano, onde as empresas privadas proviam o serviço público. Em meados de 1860, a ROP começaria a se desestruturar, de forma a haver lacunas em sua composição interna, em cargos técnicos ou administrativos. Somente em 1894, já no Período Republicano, a ROP deixaria de ser um órgão e passaria a fazer parte da Diretoria de Indústria, Viação e Obras Públicas.

O conjunto de obras serviu como forma de expansão do centro urbano da cidade (Figura 2). A transformação do espaço urbano estava relacionada à produção capitalista vigente, de modo que os ideais modernizantes que partiam do Estado e das elites se traduziam em práticas, muitas vezes, segregadoras e resultavam em injustiças sociais. Portanto, é a partir da construção e reconstrução do espaço urbano que podemos compreender que sua concepção e adaptação se dá a partir de uma intencionalidade vinculada a sujeitos, objetos e ações que se adequam constantemente a uma finalidade, que corresponde ao poder representativo de interesses pessoais e políticos. Como afirma LEFEBVRE (2008. p.44),

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo [...] Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos.

Nesse contexto, o Recife foi se transformando e desenvolvendo novas formas de configuração espacial, baseadas nas condições precárias de saúde pública que assolavam a cidade na época. Com o advento da cidade dita *moderna*, as preocupações atingiam diversos âmbitos, desde a precária saúde urbana, uma praga que corroía as cidades, distanciando-as dos preceitos europeus de modernidade e dos ideais de civilidade.

### 3.3 Gestão pública e desenvolvimento urbano no alvorecer da Primeira República

Na segunda metade do século XVIII, já se viam movimentos políticos que tinham por objetivo a queda da forma de governo vigente e que ansiavam pela instalação do modelo Republicano de governança. Países como Estados Unidos, com a Declaração de

Independência em 1776 e França, com a Revolução Francesa em 1789, tornaram-se fortes influências para outras nações, no âmbito de reivindicações políticas, enquanto facilitadoras do processo de independência.

Desde o período colonial, instigados pelos ideais estrangeiros de independência, nas principais regiões do Brasil, havia a insatisfação com o regime administrativo em vigor. Movimentos como a Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana e a Conjuração Baiana, fundamentados em questões como a disparidade econômica e a falta de autonomia, revelaram o descontentamento com o então modelo de gestão.

No início do Período Imperial no Brasil, a Constituição de 1824 foi outorgada por D. Pedro I que adotou medidas centralizadoras, como o Poder Moderador, para certificar sua soberania sobre os demais poderes. Devido à fraca participação na política, o período foi marcado por diversos conflitos que representavam a luta das províncias por uma autonomia política e por melhores condições de vida.

Desde a instalação das capitais das províncias no Período Imperial, formas de organizar a cidade e o melhoramento da infraestrutura urbana partiam de diretrizes que visavam à implantação de ações garantidoras de uma cidade civilizada. Como as elites políticas e econômicas provinciais não tinham total liberdade administrativa sobre seus territórios, a luta por uma sociedade mais bem estruturada foi marcada por constantes conflitos.

A Confederação do Equador, revolta iniciada ainda em 1824, na então província de Pernambuco e aderida por outras províncias como Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, estava fundamentada na contrariedade à política centralizadora, porém logo seria derrotada pelo imperador D. Pedro I. A Revolta Farroupilha (1835-1845), a Revolução Praieira (1848-1850) foram outras revoltas que, também com princípios republicanos de independência, marcaram o período Imperial.

O ceticismo no sistema político Imperial atingiu seu apogeu na segunda metade do século XIX, quando grande parte dos parlamentares ansiavam por reformas administrativas e sociais, contribuindo para o crescimento de oposições políticas. Manifestações públicas, baseadas no ideal positivista, tornaram-se constantes e o sistema político vigente estava cada vez mais desgastado.

Associações de proprietários, populares, abolicionistas, militares, republicanas e literárias expressavam, cada uma a sua maneira, o desejo de transpor o

reformismo liberal. Era preciso alcançar o “progresso”, alinhando-se o Brasil ao rol dos países civilizados. (CAVALCANTI, 2014)

Sobretudo na segunda metade do século XIX, em decorrência da abertura dos portos, ainda no início do século, empresas estrangeiras se instalaram em diversas cidades portuárias do país, como foi o caso do New London and Brazilian Bank, da São Paulo Railway Company e da Recife Drainage Company.

No Recife, afloravam novos anseios com relação à cidade, frente à crise econômica regional, motivada, principalmente, pela queda da produção e exportação açucareira e pelo fim da economia escravista. Este fato permitia aos que eram responsáveis pelo comércio de escravizados, o investimento em outros setores econômicos. Diante dessa problemática econômica e junto ao crescimento populacional e a escassez de infraestrutura urbana, que era vista como um atraso social pela elite local, o investimento na cidade tornou-se uma questão política (SILVA, 2014).

A Recife Drainage Company foi uma empresa fundada em 1873, financiada por ingleses, que objetivava o fornecimento de serviços de esgotamento sanitário para a cidade do Recife. Tais companhias, financiadas por capitais estrangeiros, traziam consigo os ideais econômicos internacionais, capazes de transformar a economia nacional, como afirma SILVA (2014, p. 25).

Desse modo, a entrada destas empresas no país contribuiria para a aceleração do processo de ampla transformação da economia nacional: a noção de modernização econômica em sentido amplo começaria a ganhar corpo, influenciando de modo significativo o processo de formação e de consolidação do capitalismo no Brasil.

Foram realizados, então, investimentos em outros setores econômicos, como foi o caso da Brazilian Street Railway Co, na malha ferroviária nacional, também financiada por ingleses, que visava ao provimento de serviços de transportes urbanos. Ao chegar ao Recife, foi a responsável por iniciar a era dos bondes na cidade. Com o aparecimento de novas indústrias, a variedade produtiva e trabalhista acarretou o aumento populacional e uma constante expansão urbana, visto que a centralidade urbana se tornava um atrativo para toda a classe trabalhista, principalmente para as camadas mais pobres.

A partir da Lei do Vinte Livre, em 1871, e da abolição da escravatura, em 1888, os então escravizados passavam a ser, legalmente, pessoas livres. Diante dessa nova realidade, o fluxo migratório de negros e mestiços chegados ao Recife buscavam instalar-

se nas áreas de manguezais e encostas de morros que, historicamente, já eram destino procurado pela população mais pobre. Localidades como o Coque, Coelhos e outras comunidades, surgiram a partir desse tipo de ocupação informal (SOUZA, 2002).

É notório que o planejamento urbano não considerava o negro como modelo racial, suficientemente capaz de habitar centros urbanos, por ser o oposto dos padrões de embelezamento das cidades, segundo os preceitos europeus de aformoseamento. Tal característica esteve presente desde a formação colonial das cidades, permaneceu com as posturas do Período Imperial e após a abolição da escravatura. Com o afluxo dos escravizados livres, aumentou a quantidade de habitantes negros nas cidades, contribuindo para agravar o déficit habitacional.

O recorte racial urbano estava diante da falta de infraestrutura que os afetava diretamente e denotava a politização do espaço urbano como aspecto civilizatório. Em decorrência das mudanças nos padrões de ocupação, a transformação e expansão do território da cidade do Recife foi intensificado de modo a triplicar a população entre meados do século XIX e início do século XX (LUBAMBO, 1991 apud ARAÚJO, 1996).

Em 1889, foi proclamada a República do Brasil. Diferentemente dos movimentos de reivindicações, baseados nas reinterpretações sobre o ideal de cidade que aconteceram no Período Imperial, o período republicano chegou com uma dose de esperança econômica e social, buscando melhores condições de vida. Em razão desse pensamento, a estruturação de projetos modernizantes e sanitários era fundamental para o fortalecimento do ideal capitalista, uma vez que ações de remodelamento e adequação urbana tornaram-se necessárias para tornar a cidade o palco da modernidade.

Com a recém instauração da República no Brasil, os debates nas cidades buscavam novos caminhos, colocando no seu cerne questões acerca da administração política e econômica. Foram iniciados, então, os investimentos em serviços e equipamentos urbanos, capazes de refletir de forma clara a ideia de reforma urbana como elemento estruturador de um novo momento econômico.

Em 1892, o engenheiro Barbosa Lima tornou-se o primeiro governador do Estado de Pernambuco no período Republicano. Em seu programa de governo, apresentou ações que objetivavam a projeção do Porto do Recife em âmbito nacional. Para isso, as primeiras medidas adotadas, visavam a sanar a problemática do saneamento da cidade. A prova disso é que em seu mandato, foi criada a Inspetoria de Higiene do Estado, que visava a expandir a rede de esgotos e galerias pluviais (ARAÚJO, 1996).

Ao chegar ao governo, o engenheiro observou as péssimas condições em que as companhias prestadoras de serviços urbanos se encontravam. A Recife Drainage Company não desempenhava um bom serviço em tratamento de esgoto, nem tampouco na remoção de lixo. Nos últimos oito anos, antes do término do contrato, a companhia realizava somente remendos nos serviços. A Companhia responsável pelo transporte urbano prestava péssimos serviços de transporte de passageiros e bagagens, com o desrespeito aos horários, além de bondes malconservados. A Companhia do Beberibe, responsável pelo abastecimento de água potável, sofria por questão financeira e se via obrigada a contratar empréstimos (ARAÚJO, 1996).

Diante dos problemas dessas empresas, advindos do governo anterior, o governador buscou respeitar os prazos dos contratos, a despeito do déficit na oferta de serviços urbanos.



**4 URBANISMO SANITARISTA E O  
PROCESSO CIVILIZADOR**

#### 4.1 A cidade do Recife enquanto palco da modernidade

Sob influência da modernização que acontecia na Europa, resultante da Revolução Industrial e do êxodo Rural para as grandes cidades, as transformações culturais que afetavam os centros urbanos e o desenvolvimento das cidades apostavam em novos ideais. Na virada do século XIX para o século XX, o ambiente político, econômico e social das cidades brasileiras estava marcado pelos constantes debates de como a administração pública, tanto nacional quanto estadual e local, poderiam resolver os problemas urbanísticos.

Muitas cidades ao redor do mundo foram influenciadas pelas estratégias sanitaristas adotadas na Reforma de Paris, presentes na sua concepção urbanística, comissionada por Napoleão III e desenhada e coordenada pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, então Prefeito do departamento do Sena. No Plano de Reforma Urbanística, o ideal de modernização visava à reinterpretação da imagem de cidade, ao desvincular as características medievais que denotavam atraso. As mudanças urbanas, ocorridas na Reforma de Paris, carregavam consigo objetivos diversos, citados por GONZÁLES-VARAS (2008 apud. MENEZES, 2015):

- a) Higiênicos: necessidade de proporcionar à velha cidade histórica condições de salubridade, com a participação decisiva dos engenheiros sanitaristas nessa tarefa;
- b) Técnicos: necessidade de dotar a cidade de novas infraestruturas de comunicação, tanto com a abertura de avenidas amplas para circulação interna na cidade como com a conexão rápida de estações ferroviárias com o centro urbano através do transporte público;
- c) Estéticos: aplicação de princípios de decoro urbano, com módulos de blocos de arquitetura uniforme, alinhamento de ruas em traçados retilíneos e criação de grandes avenidas arborizadas que dotam a cidade de amplas perspectivas;
- d) Especulativos: ação dos interesses das grandes propriedades e da emergente indústria imobiliária.

A cidade de Paris tornou-se referência mundial no combate à insalubridade, ao adotar medidas urbanísticas que refletiam o controle social. Essas medidas refletiam, também, o interesse no embelezamento e na elitização da cidade, mesmo que custasse a expulsão da classe operária que habitava o centro e que passaria a habitar a periferia.

Em sua maioria, as ruas da cidade eram estreitas e sinuosas, característica da estrutura medievo-renascentista da cidade. Porém, começavam a dar lugar a um novo traçado retilíneo e ao alargamento de vias, que traria para a malha urbana um aspecto de modernidade, marcada pela monumentalidade dos eixos criados. Os prédios insalubres tornar-se-iam edifícios públicos, grandes bulevares ou praças, dando sentido a uma nova imagem da cidade.

Baseado no positivismo, no liberalismo econômico e no novo ideal de cidade que floresceu com a chegada do período republicano, era buscada uma identidade própria para as cidades brasileiras. Novos costumes eram estimulados pelos privilegiados economicamente, que buscavam um modelo de sociedade que não refletisse características da sociedade antiga e colonial e que refletisse os preceitos europeus de modernização (SILVA, 2014).

Durante a última década do século XIX, o centro da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, enfrentava o aumento do contingente populacional e a relação entre infraestrutura urbana e pobreza, presente no centro da cidade. No Rio de Janeiro, o engenheiro Pereira Passos foi nomeado, junto com o médico Oswaldo Cruz, para resolverem os problemas que assolavam a cidade em relação à falta de salubridade e ao aumento de doenças.

Tendo em vista o crescimento populacional que afetava o centro da cidade, iniciou-se o período conhecido pelas estratégias de remodelamento urbano, a exemplo do “bota abaixo”. Tal programa de ações trazia em suas políticas públicas a modernização e a demolição dos cortiços, pois eles representavam uma ameaça à salubridade da cidade. Com isso, a estratégia de abertura de grandes vias, largos e praças se dava por meio da dizimação da população pobre que habitava o centro.

No final do século XIX e início do século passado, teve início timidamente no Recife um processo de industrialização. Com a diversificação dos produtos pernambucanos, houve um crescimento no número de fábricas (Tabelas 1 e 2), dentre as quais se destacavam indústrias do ramo de produção alimentícia, têxtil e até de meios de transporte (BERNARDES e PERRRUCI, 1996).

**Tabela 1 - Número das empresas industriais instaladas em Pernambuco**

Antes de 1900	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929
113	33	99	345

Fonte: adaptado de BERNARDES, Denis e PERRUCCI, Gadiel. Recife: O Caranguejo e o Viaduto. Recife: Ed. Universitária, 1996.

**Tabela 2 - Tipos de empresas sobre o total**

TIPOS	Antes de 1900	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929
Têxtil	8	2	5	20
Produtos Alimentícios	31	17	30	116
Extrativistas de produtos minerais	56	1	8	12

Fonte: adaptado de BERNARDES, Denis e PERRUCCI, Gadiel. Recife: O Caranguejo e o Viaduto. Recife: Ed. Universitária, 1996.

No início do período da Primeira República, o Recife enfrentou dificuldades para exportar seu principal produto, o açúcar, uma vez que a cidade estava vivendo um período de crises econômicas (LUBAMBO, 1991).

Desde o início do processo de industrialização, começou também a ser intensificado o processo de poluição, com o lançamento de resíduos, de água servidas e de impurezas aos rios, criando sérios problemas às populações ribeirinhas. Poluição que provocaria o abastardamento dos rios e lhes tirava o caráter utilitário que possuíam nos primeiros tempos, como fontes de abastecimento de água às habitações, de alimento e de local de banho. ANDRADE 1979. p. 33., apud. DUARTE, 2018.



Em 1906, a partir do levantamento elaborado por Douglas Fox, foi elaborado o Mapa da Cidade do Recife (Mapa 2). O plano do sistema de esgotamento foi enviado para Inglaterra a fim de ser detalhado, cujos objetivos eram: 1. O cálculo populacional, baseado na obra “O clima e a Mortalidade da Cidade do Recife”, de Otávio de Freitas, que estipulava uma população de 195.000 pessoas para a cidade e seus arredores, em 1904, além da expansão da cidade para além dos limites tratados pela Companhia do Beberibe, com base no plano elaborado em 1873, já que a cidade estava em constante expansão territorial (ARAÚJO, 1996).

No projeto, os agrupamentos territoriais descritos como “Colônia de Negros” correspondiam a um aglomerado de mocambos habitados pelos negros, carentes de limpeza urbana e social. Mesmo sabendo que a realidade sanitária das habitações de famílias de baixíssima renda era vista como anti-higiênica, o plano de Douglas Fox não as levou em consideração, classificando-as como um tipo de habitação temporária.

Em 1909, o Congresso Médico de Pernambuco contou com a presença de autoridades das diversas esferas estaduais e municipais. Alguns dos principais apontamentos estavam relacionados com a limpeza da cidade e do exercício de vigilância da população mais pobre que, na visão dos médicos, muito contribuíam para a insalubridade da cidade. (BURGER, 2008).

No mesmo ano, foi iniciada a reforma do Porto do Recife, principal escoadouro de mercadorias, que se encontrava desatualizado ao contar com maquinários antigos e um ancoradouro de profundidade insuficiente para receber os grandes e modernos navios provenientes do exterior (DUARTE, 2018). Com a intenção de resgatar e elevar a economia açucareira a níveis cada vez mais altos, a reforma do Porto foi colocada em prática como um alicerce aos ideários modernizantes.

Devido à ligação direta com o Porto e aos problemas que afetavam sua configuração espacial, as más condições sanitárias e estruturais, com ruas estreitas, entre becos e vielas e um traçado urbano sinuoso, tornara-se evidente a necessidade de reforma do Bairro do Recife. Além disso, em decorrência do inchaço populacional e do constante aumento da quantidade de mocambos nos alagados que margeavam o bairro portuário, junto a precárias condições de esgotamento e abastecimento de água, a reforma do Bairro do Recife era necessária aos olhos da elite. Para essa camada da população, o caráter

social da cidade não era condizente com os princípios modernizantes, bem como não refletia a imagem da cidade que se buscava.

#### 4.2 Reformas urbanas e repercussões socioespaciais

Tendo como mote a questão do Saneamento, como forma de garantir à cidade embelezamento, limpeza e segurança, a consolidação do urbanismo sanitarista veio como alicerce para a criação de um Recife controlado pelos interesses sociais de uma elite que visava a uma cidade ordenada.

Ainda em 1909, o então governador de Pernambuco, Herculano Bandeira, solicitou a contratação do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito com o objetivo de elaborar um plano de saneamento para a cidade do Recife. O engenheiro encontrava-se responsável pelas obras de saneamento de Santos - São Paulo, que também acontecia no mesmo ano. O caráter propagandista da vinda do engenheiro ao Recife serviu para fundamentar o ideal modernizador da urbe, ao ser considerado pela imprensa como o salvador da capital, uma vez que as soluções para o esgotamento da cidade eram urgentes (DUARTE, 2018).

Entre 1909 e 1918, o plano para o saneamento da cidade contou com diversas contribuições para a modernização da cidade, dentre as quais destacam-se: 1. o novo sistema de esgotos e abastecimento de água (1909), 2. a elaboração de um plano de melhoramentos urbanísticos (1917) e 3. a criação da repartição de Saneamento (1918). Em se tratando de esgotos, Saturnino apresentou um sistema de separação absoluta, que representa a diferenciação entre a rede servida das águas pluviais e a rede própria para o esgoto, com extensão de aproximadamente 15km. O sistema contou com 14 estações de distrito, em que a destinação final se dava direto no oceano por meio de um emissário, localizado no Pina (ARAÚJO, 1996).

Por mais que em sua época fosse uma novidade, a adoção dessa medida causava polêmica, uma vez que em Países como a França, referência na época, já era utilizado um sistema unitário (BURGER, 2008). Ainda que Brito trouxesse questões de embelezamento e aformoseamento para a cidade, em seu plano urbanístico sanitarista, as estratégias adotadas não apresentavam medidas mitigadoras a questões tão presentes na urbe, configurando uma abordagem marcada pelo que atualmente se considera racismo ambiental.

Algumas das ideias adotadas por Saturnino viriam a mudar radicalmente a imagem da cidade ao proporcionar a reconstrução de áreas. Naquele período, a população do Pina era formada por pescadores, trabalhadores nas obras do Porto e ex-escravizados. (SILVA, 2008). A presença do emissário em seu território serviu para o aumento do estigma de uma área socialmente marginalizada, suja e imprópria, segundo a visão dos gestores e políticos. Assim sendo, o bairro do Pina foi drasticamente afetado pela solução adotada por Saturnino de Brito.

Entendendo que tal questão poderia ser unicamente política, enquanto responsável pelo plano de remodelação da cidade, Saturnino tornou-se um agente da racialização do espaço urbano, ao adotar uma solução que trouxe consigo reflexo direto sobre a área habitada por negros recém libertos da escravidão, que continuavam a sofrer as consequências do passado escravista.

Nas décadas seguintes ao plano de Brito, a repressão à população de baixa renda tornou-se uma questão política, segundo os moldes higienistas, pois o objetivo era “limpar a cidade não só pelo embelezamento, mas atender a outros interesses, com a abertura da área ocupada pelos mocambos ao mercado imobiliário” (ALVES, 2009 apud. SALES, 2017).

Segundo De La Mora (1987), no primeiro recenseamento elaborado no Recife, datado de 1913, havia cerca de 16.347 mocambos na cidade, totalizando 43,3% das edificações. A partir disso, as estratégias de melhoramentos da cidade estavam fixadas no controle de quem deveria usufruir dos espaços públicos.

Diante da falta de relação entre a pobreza e os avanços eminentes de um Recife moderno, a moralidade da cidade estava ameaçada pelos pretos e pobres que frequentavam e/ou habitavam o centro. No imaginário dos políticos e daqueles que detinham poder econômico, a presença dos mocambos no centro representava um atraso tanto social quanto estético.

Com o aumento populacional nas primeiras décadas do século XX (Tabela 3), proliferaram as habitações para abrigar a população pobre. Em decorrência da abolição da escravatura e junto à migração advinda do interior do Estado para o Recife, as habitações das pessoas escravizadas e daquelas que não tinham poder aquisitivo se concentravam nas áreas alagadas, próximos aos rios, praias e manguezais, resultando no aumento da quantidade de mocambos na cidade (SANTANA, 2019).

<b>Tabela 3 - População das Capitais dos Estados do Brasil em 1872, 1890, 1900 e 1920</b>				
<b>Capitais</b>	<b>Número de habitantes</b>			
	<b>1972</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>
Aracajú	9.559	16.336	21.132	37.440
Fortaleza	42.458	40.902	48.396	78.536
Maceió	27.703	31.493	36.427	74.166
Natal	20.392	13.725	16.056	30.696
Parahyba	24.714	18.645	28.793	52.990
<b>Recife</b>	<b>116.671</b>	<b>111.556</b>	<b>113.106</b>	<b>239.843</b>
São Luiz	31.604	29.303	36.798	52.929
São Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422
Therezina	21.692	31.523	45.316	57.500

Fonte: adaptado de Silva, 2014.

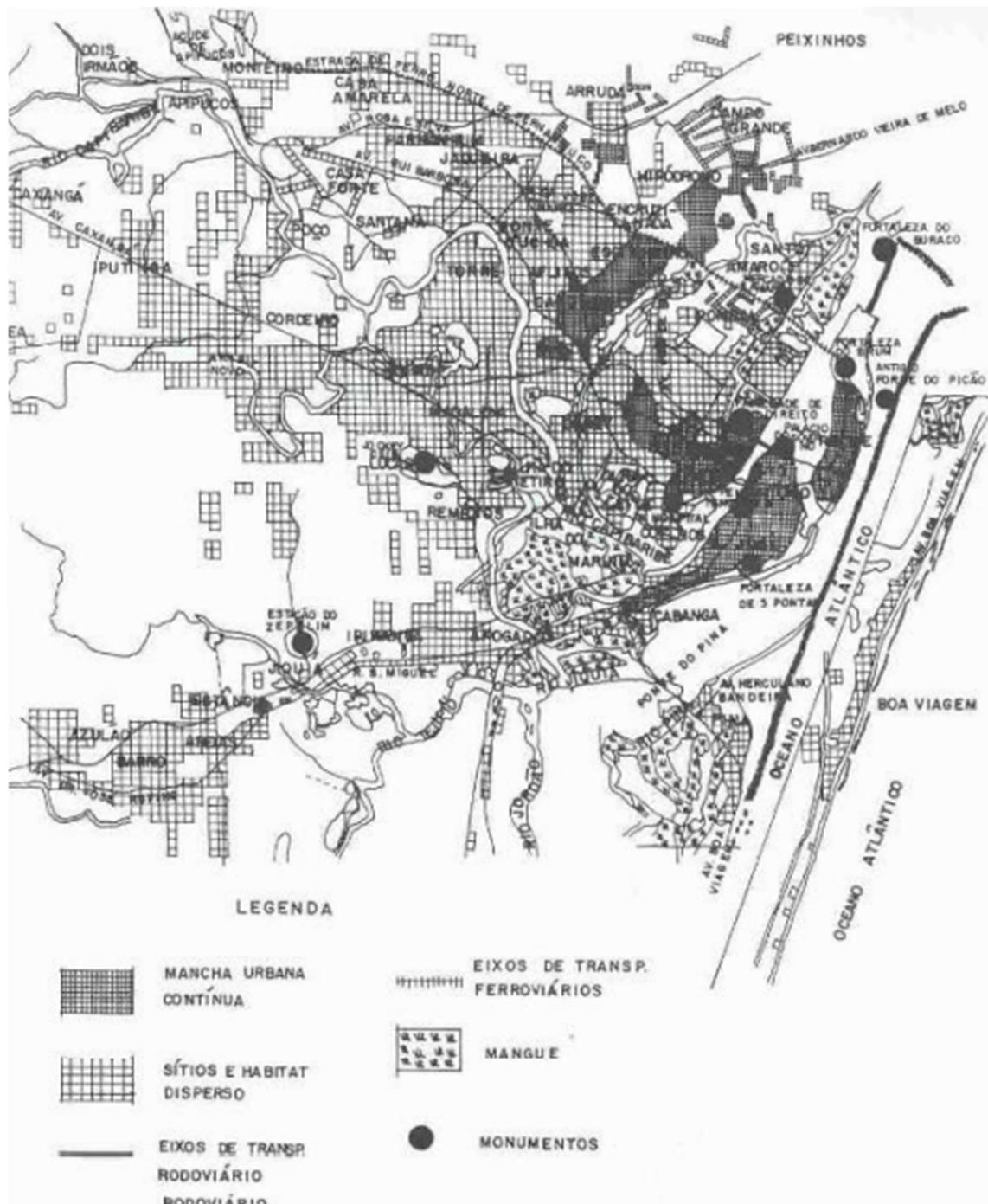
Entre os fatores que fomentaram a modernização da cidade, encontrava-se o ideal de cidade civilizada, ancorada em projetos higienistas e aparatos policiais, como afirma PECHMAN (2002 p.17) "... da população, cuidaria a polícia...; da cidade, cuidaria o urbanismo". Devido à falta de planejamento urbano, a população que antes habitava o centro, passou a habitar áreas sujeitas a inundações e outros problemas que aumentavam a exposição a riscos ambientais.

O contraste dos mocambos e dos que habitavam e circulavam numa cidade que desdenhava os preceitos civilizatórios, se dava de forma a buscar a excluir essa população, com seus costumes moralmente inadequados à modernidade. Tendo em vista a pressão feita pela elite política para impor o ideal de embelezamento físico e moral sobre a existência dos mocambos na cidade, dentre as estratégias de controle social estava a política de erradicação dos mocambos, determinando a proibição de sua construção, datados de 1919 (SANTANA, 2019).

Em sua linha ideológica, o higienismo posto em prática no Recife, nas primeiras décadas do século XX, demonstrou uma força suficientemente capaz de moldar o espaço urbano e promover injustiças ambientais em suas tomadas de decisões, seja nas demolições que afetaram diretamente a população, seja na falta de planejamento para as áreas ocupadas pela população de baixa renda e por grupos socialmente discriminados.

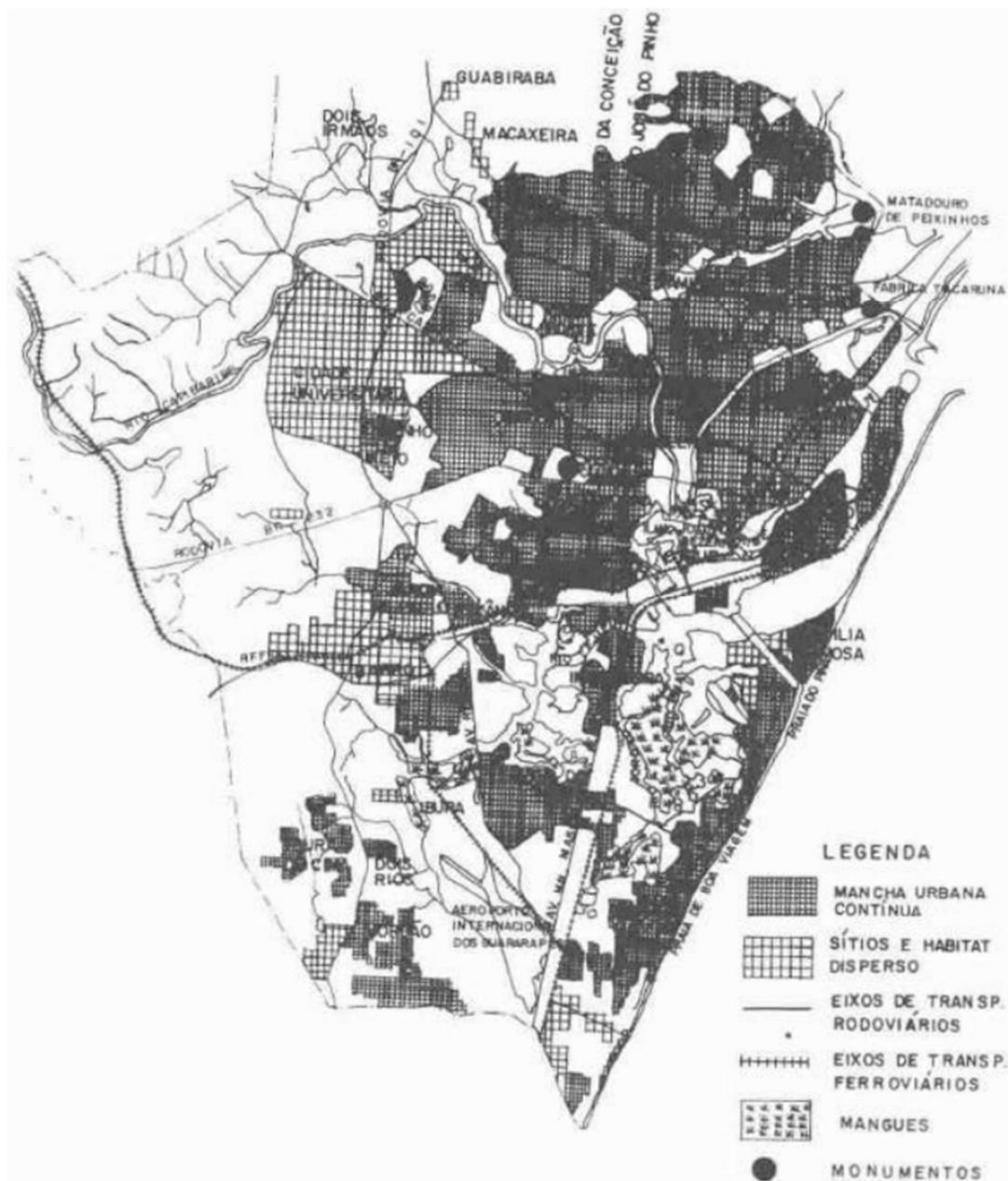
Diante do exposto, é possível constatar o racismo institucional que partia do próprio Estado, ao determinar a execução de obras públicas que impunham às populações de minoria étnico-raciais, aos negros e aos pobres, condições de vulnerabilidade socioespacial, bem como sua exclusão das centralidades urbanas.

Mapa 3 – Mapa de Recife de 1932.



Fonte: BARRETO, 1994.

Mapa 4 - Mapa do Recife de 1951.



Fonte: URB - Recife.

A partir da leitura comparativa dos mapas 3 e 4 e baseado na análise evolutiva da ocupação dos morros do Recife, elaborada por SANTANA (2019), observa-se que a ocupação de áreas desprivilegiadas devido às suas características geomorfológicas, foi intensificada nas décadas seguintes aos planos urbanísticos sanitaristas. Em consequência

das estratégias embelezadoras, amparadas pelo ideal modernizador da cidade, a expulsão dos pretos, pobres e periféricos das áreas centrais, resultou na ocupação dos tabuleiros da cidade.

Em 1939, foi criada a Liga Social contra o Mocambo, que tinha por objetivo a construção de novas habitações populares e a dizimação desse modelo construtivo da cidade do Recife. Dessa forma, o tipo de construção viria a expor a cidade ao que estava sendo combatido nas estratégias de embelezamento. Para CAVALCANTI (2015), ao destacar que em meados de 1960 os mocambos mais que duplicaram, denota a não realização total do plano higienista de limpeza do mocambo de áreas centrais, uma vez que a população saiu dos alagados do centro e passou a habitar os morros.

Estudos elaborados por SANTANA (2019) mostram que os habitantes dos mocambos erradicados das áreas de manguezais ou da planície recifense passaram a habitar os morros do Vasco da Gama, o Alto José Bonifácio e o Morro da Conceição, áreas com características geomorfológicas desfavorecidas e promotoras da exposição à vulnerabilidade socioespacial.

De um ponto de vista específico, a análise da mobilidade espacial, entendida como “diferentes formas de deslocamento da população” (CUNHA, 2011), revela os reflexos que acentuam a condição de vulnerabilidade socioespacial. No espaço intraurbano, nos processos de expansão urbana, a segregação socioespacial posta em prática pelos interesses do capital imobiliário é outra forma de acentuar as desigualdades socioespaciais. No caso do Recife, a adoção dos projetos de saneamento como estratégia de planejamento urbano trouxe consigo a promoção de vulnerabilidade socioespacial e do racismo ambiental ao intensificar os fluxos migratórios dentro da cidade a partir das dinâmicas de exclusão sociodemográfica.

A partir do exposto, aqueles que eram vistos como “inadequados”, socialmente, a habitar a cidade dita como moderna, passaram a sofrer as consequências da higienização, uma vez que eram vistos como a própria sujeira. Portanto, baseado nos escritos de Pacheco (2014), pode-se afirmar que, independentemente da intencionalidade racista ou não, houve um recorte de raça que foi beneficiado com o urbanismo sanitário. De fato, as áreas das planícies em que a elite – branca - habitava, não contavam com fatores físicos que elevavam o grau de vulnerabilidade, resultando, assim, no racismo ambiental como marca do planejamento e remodelamento urbano do início do século XX.

Embasado na teoria do sociólogo alemão Norbert Elias, apresentada no segundo volume de sua obra intitulada “O Processo Civilizador”, o autor apresenta questionamentos acerca das análises das mudanças de comportamentos ocorridas, a longo prazo na Europa, em direção a um processo civilizatório. Ao discorrer acerca da interdependência entre os indivíduos e os processos sociais que influenciam nos aspectos civilizatórios da sociedade, por meio das transformações políticas e sociais, o autor argumenta que foi a partir da consolidação do controle estatal, nas mudanças políticas e sociais, características do absolutismo, que as ações, programadas ou não, resultaram na criação de indivíduos disciplinados e socialmente civilizados (ELIAS, 1994 apud. GOIS JR, 2007).

Desse modo, a partir do entendimento de que o urbanismo sanitarista recifense foi resultado dos discursos médicos higienistas do século XIX e mesmo que seu plano tenha florescido no início do século XX, suas repercussões socioespaciais vão além de seu período de consolidação e execução, projetando-se nas estratégias reguladoras do comportamento urbano encontradas até o final do século passado, ou até o presente século. Existe, portanto, uma relação entre o urbanismo sanitarista e as mudanças comportamentais impostas às camadas da sociedade economicamente menos favorecida e racialmente excluída.

Em consequência de um planejamento urbano que não levou em conta as diversas áreas da cidade, a efetivação do ideal de uma estética urbana excluiu os assentamentos que não representavam a cidade moderna e determinando sobre quem deveria habitar o centro urbano. A população despossuída de bens e de poder aquisitivo e os negros que tentavam a vida pós-abolição ficaram expostos a péssimas condições socioambientais, particularmente no que diz respeito ao saneamento. O caráter discriminatório acabou por corroborar a falta de políticas públicas afirmativas que garantam o saneamento para todos. Enquanto isso, o racismo ambiental é efetivado, mostrando que “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (Acselrad, 2004, p. 31).



## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da coleta dos dados bibliográficos e cartográficos analisados, a pesquisa buscou, com base nas repercussões ambientais das estratégias adotadas no planejamento urbano modernista para a cidade do Recife, investigar os elementos que representassem a presença do racismo ambiental e da vulnerabilidade socioespacial como consequência da produção do espaço urbano.

Movido por questionamentos que tinham como premissa a compreensão profunda acerca da conceituação de raça, racismo, racismo institucional e ambiental, o fio condutor da análise fundamentou-se na perspectiva de averiguar como a produção do espaço urbano se dá a partir de premissas raciais. Compreendemos que as relações sociais fazem parte de um dispositivo mantenedor de poder que abre espaço para a produção e reprodução do racismo ambiental, em espaços urbanos racialmente pensados.

Diante dos diferentes padrões de ocupação, os fenômenos da racialização do espaço urbano estão postos sob a investigação das consequências da modernização sanitária, inserida no contexto das diferentes formas de privilegiar ou desprivilegiar os espaços intraurbanos.

Levando em consideração que as raízes históricas do Brasil estão estruturadas em uma conjuntura racista, vêm à tona debates em diversos âmbitos da sociedade brasileira, em especial com relação ao período pós-abolição. É perceptível, portanto, a presença de políticas públicas opressivas e segregacionistas no que tange às ações de ocupação e apropriação do espaço, de modo a controlar socialmente a população, expondo-a às condições de vulnerabilidade socioespacial.

A partir da compreensão histórica da cidade do Recife, desde sua formação até a modernidade, foram os ideais sanitaristas, ainda no Período Imperial, que buscaram mostrar a cidade enquanto palco da modernidade, amparado nos ideais europeus de limpeza e ordenamento urbano.

A análise da relação entre os interesses da elite política e social e o planejamento urbano permitiu a compreensão de um urbanismo excludente, amparado nas ideias de modernidade, que visava ao embelezamento da cidade a partir de projetos saneadores.

Em razão da expulsão planejada dos negros ex-escravizados, das áreas centrais da cidade, vê-se que o planejamento urbano modernista e sanitário se enquadra como elemento promotor da exclusão racial, justificando a presença ‘do racismo ambiental institucionalizado na “evolução” urbana do Recife.

Com o deslocamento da população de baixa renda para as áreas costeiras e morros da cidade, expostas a riscos ambientais e segregação socioespacial, nas décadas seguintes aos planos sanitaristas, observa-se que ao Estado e aos planejadores urbanos coube um papel fundamental na formalização de um espaço racial e socialmente pensado. Existe, portanto, uma relação entre o urbanismo sanitarista e as mudanças comportamentais impostas às camadas da sociedade, economicamente menos favorecidas e racialmente excluídas.

Por fim, sabendo-se que a referida discussão não se esgota neste estudo, vemos a possibilidade de aprofundamento do presente tema, que pode contribuir para elucidar os processos de racialização do espaço urbano, mapeando os espaços que sofreram e sofrem com premissas que os expõem a vulnerabilidades socioespaciais.

## 6 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVEZ, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade**. Recife: Luci artes gráficas, 2009.
- ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. **Saturnino de Brito e o saneamento físico e moral do Recife**. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1996.
- BARRETO, Ângela Maranhão. **O Recife através dos Tempos: formação da sua paisagem**. FUNDARPE - Recife, 1994.
- BARROS, Juliane de Lima. **Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna**. Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife, 2019
- BERNARDES, Denis e PERRUCCI, Gadiel. **Recife: O Caranguejo e o Viaduto**. Recife: Ed. Universitária, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília, DF, 2013.
- Brasil, Ministério da Saúde. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: saúde ambiental** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- BURGER, Juliana Bandeira A. **A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905-1917)**. (Dissertação de mestrado), UFPE, 2008.
- CARVALHO, M. J. M. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravidão, Recife 1822-1850**. Recife: Editora Universitária-UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Comunidade e Identidade: A liga social contra o mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940**. *Escritas*, v.7, n.2, p.215-229, 2015.

CAVALCANTI, HENRIQUE SOARES. **Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889-1896)**. Dissertação de mestrado. Recife, 2014.

CHAVIS JR., Benjamin F. Preface. In: BULLARD, Robert D. (Ed.). **Confronting environmental racism: voices from the grassroots**. Boston, Mass.: South End Press, 1993.

CORREIA, T. D. B. **A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

COUTY, Louis. **A Escravidão no Brasil**. Trad. Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988 (1ª edição: 1981).

CUNHA, E. M. G. P. **Recorte étnico-racial: caminhos trilhados e novos desafios**. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). **Saúde da população negra**. Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 37-48.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007**. revista *Notas de Población*, n. 93, 2011.

DOMINGUES, P. J. **O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930)**. *Tempos Históricos*, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019>. Acesso em: 1 set. 2023.

DUARTE, Jônatas Lins. **Modernização do porto e do bairro do Recife: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909-1914)**. Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife, 2018.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol.1, 1994.

FARIAS, Rosilene Gomes. **Epidemia e sociedade no Recife Imperial**. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

FERREIRA, Ignez Costa B.; VASCONCELOS, Ana Maria; PENNA, Nelba de Azevedo. **Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades**. *Mercator* v. 13, n. 3, p. 25-36. Fortaleza, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1984.
- FREITAS, Felipe Sampai. **A perspectiva biopolítica da medicina social: sus, psf, neoliberalismo e pandemia**. Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia V. 12 (31), 2020.
- FUNASA – Fundação Nacional da Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. Brasília, DF, 2015.
- GASPAR, Lúcia. **Companhia do Beberibe, Recife**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 06 de agosto, 2023.
- GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. **Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos**. Simpósio Internacional Processo Civilizador 10. Campinas, 2007.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os Parques e a Produção do Espaço Urbano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.
- SALES, Raissa Gomes. **Paisagem Teimosa - A construção Social da Brasília recifense e a (r)existência do seu amanhã**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPE. Recife, 2017.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Bolsonaro. revista e ampliada**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019
- JESUS, Victor. **O racismo institucional das políticas públicas como entrave da cidadania brasileira: uma análise das políticas de saneamento básico**. Sinais, n.24/1, 2020
- KOCH, Wilfried. **Dicionário Dos Estilos Arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DE LA MORA, Luís. **Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço urbano recifense**. In: REZENDE, Antônio Paulo. **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 255-265
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão negra**. Lisboa Portugal: Editora Antígona. 1ª Edição. Outubro 2014.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. UFPE: Dissertação de Mestrado. Recife, 2015.

MORAIS, Grasiela Florêncio. **CIDADE VIGIADA”, “CIDADE CIVILIZADA”:** **Impressões sobre a difícil convivência entre o progresso e a pobreza no Recife Imperial (1830 – 1850)**. Revista de Pesquisa Histórica, 34.2. Recife, 2016.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas**. Recife: Cepe, 2017.

REZENDE, A. F., ANDRADE, L. F. S. (2022). **Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvriana**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 14, e20210438. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210438>>. Acesso em 08/09/2023

SALES JÚNIOR, Ronaldo laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTANA, John Kennedy Ribeiro. **Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife**. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB 1, 3754-3768, 2019.

SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife: entre sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845**. Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife, 2009.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: EDUFBA, 2015

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. Coleção paradidáticos Série sociedade, espaço e tempo. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Editora da UFPE, 2002.

SILVA, Alberto César Rodrigues da. **O Recife nas páginas dos jornais: planejamento urbano e discursos sobre a cidade (1927-1933)**. Dissertação de Mestrado, UFFE. Recife, 2014.

SILVA, Oswaldo Pereira. **Pina: povo, cultura, memória**. 2 ed. Recife: Funcultura, 2008.

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito**. Blog combate racismo ambiental. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/>> Acesso em 08 de agosto de 2023.

PURCELL, M. (2003). **Citizenship and the Right to the Global City: Reimagining the Capitalist World Order**. International Journal of Urban and Regional Research, 27(3), 564-590. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1468-2427.00467>>. Acesso em 08/09/2023.

WITTER, Nikelen Acosta. Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2007.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **O Estado e a Cidade do Recife - 1836/1889**. Tese de doutorado FAU/USP, São Paulo, 1989.